

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2013:** *Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não estive presente na reunião o Vereador **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, por se encontrar de férias, falta essa considerada justificada.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente questionou quais os Senhores Vereadores que queriam usar da palavra. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal, que fez a seguinte intervenção: Bom dia, eu hoje queria aqui fazer referência a alguns aniversários e começaria por falar no 6º Aniversário da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro que foi no passado sábado, dia 14 de dezembro, que teve várias atividades ao longo também da semana. Dizer-vos que durante estes 6 anos passaram no nosso equipamento cerca de 225 mil pessoas, é um número simpático, mas que ainda tem margem para ser aumentado desde que as pessoas aqui de Oliveira de Azeméis e nas freguesias queiram aceder a este equipamento cultural, que foi criado a pensar em todos e que está ao serviço de qualquer pessoa Oliveirense e não só. Depois queria também dizer-vos que, no próximo sábado, dia 21 de dezembro temos outro aniversário também num equipamento cultural, o Cine-Teatro Caracas, onde se vai comemorar o 45º ano de abertura ao público. Por coincidência teremos também lá um concerto dos Rangers, mas pelas 21 horas teremos uma cerimónia muito simples, mas significativa, para sinalizar esta data. Passados alguns dias, nomeadamente no dia 27 de dezembro, comemora-se 100 anos que nasceu Elena Muriel, nasceu*

em Madrid em 1913. Com a revolução espanhola veio para Portugal, conheceu o nosso escritor, Ferreira de Castro no Estoril em 1936 e casaram em Paris dois anos depois. Por curiosidade, eu ainda não consegui fazer isso, fizeram juntos a volta ao mundo e daí que nasceram duas obras literárias de grande dimensão: “As Maravilhas Artísticas do Mundo” e “A Volta ao Mundo” de Ferreira de Castro. Faleceu a 22 de janeiro de 2007, tive o privilégio de estar no seu funeral, porque ela quis vir ser sepultada no cemitério de Ossela. Daí que também não poderíamos ficar indiferentes a esta mulher que viveu com Ferreira de Castro e então teremos às 15 horas do dia 27 uma homenagem muito simples, uma romagem ao cemitério e a deposição de uma coroa de flores no seu túmulo, nesse dia 27 de dezembro também irá ser realizada a Assembleia Municipal e espero que lá também seja evocado o nome da Elena Muriel. No entanto, estamos também a preparar, a operacionalizar melhor dito, porque é uma ideia que já surgiu há uns anos atrás e ainda não houve condições para a concretizar, mas tudo estou a fazer para que durante o ano de 2014 seja lançado “O Prémio Elena Muriel”, que é um concurso de pintura em homenagem a esta mulher que também foi uma grande pintora. Passados também alguns dias e já em 2014, temos o 5 de janeiro, que nos deve orgulhar a todos e a todas como Oliveirenses, porque foi a 5 de janeiro de 1799 que nos foi atribuído o Foral de Concelho pela Rainha D. Maria. Portanto, nós temos o privilégio, não temos o Foral Manuelino, temos Foral Mariano. Também temos um conjunto de atividades para sinalizar esta efeméride, iniciamos no dia 4 de janeiro, com a abertura de uma exposição de pintura na Galeria Tomás Costa, às 16 horas; às 17 horas, teremos o lançamento de um livro por uma Oliveirense que é escritora, a Prof. Manuela Niso, esqueci-me de dizer que a exposição de pintura também é de um oliveirense, José Santos; no domingo dia 5 de janeiro, teremos um Concerto de Reis na Igreja Matriz de Oliveira de Azeméis pela Academia de Música; e, no dia 6, teremos o habitual Serão de Contos e entrega de Prémios do Concurso de Presépios na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, finalizando assim as comemorações de atribuição do Foral para a criação do nosso Concelho. O nosso Concelho, inicialmente a unidade territorial com autonomia administrativa que foi criada não é igual à dos dias de hoje, como tudo na vida, há sempre evoluções, houve sempre alterações nas características e na delimitação do Concelho. Finalizando desejo votos de Boas Festas a todo o Executivo, mas também, uma vez que é pública, a todos os Oliveirenses e aos órgãos de comunicação social. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Bom dia a todos. Queria colocar aqui duas ou três questões. A primeira, tem a ver até com uma notícia que veio há dias no jornal “Correio de Azeméis” e que já tinha sido objeto de uma reportagem também há alguns anos atrás, tem a ver com um cruzamento em Carro Quebrado e essa reportagem do jornal refere que podia ser objeto de um arranjo urbanístico, de um reordenamento de trânsito e a minha sugestão é que o Município estudasse a melhor forma se tecnicamente a melhor solução é mexer naquele cruzamento ou não; de que forma é que poderia fazer e em caso disso acrescentar a necessidade de repavimentação daquela via que está em paralelos e que também já foi objeto de proposta aqui em sede de executivo. Uma segunda questão tem a ver com uma daquelas entidades com as

quais nós estamos associados, era importante nós percebermos, enquanto Executivo, quais foram as mais-valias até à data da nossa associação à ENERGAIA, obviamente que nós não podemos só pagar quotas e depois não ter nenhum reflexo disso e, portanto, seria importante percebermos que tipo de vantagens é que se obteve desta associação, para que isto não venha a ser mais uma EDVENERGIA. E pegando aqui na situação da EDVENERGIA, gostava de lhe perguntar Senhor Presidente se já há o relatório de encerramento desta estrutura, passamos quatro anos aqui no mandato anterior, o Senhor Presidente por várias vezes disse que este processo ia ser encerrado e até data foram gastos muitas centenas de milhares de euros nesta estrutura e não há um relatório público do seu encerramento, das conclusões, foi positivo, foi negativo, foi negativo mas podia ter sido muito pior, foi positivo mas podia ter sido muito melhor, ninguém sabe a quantas esta situação se encerrou. Uma outra questão, Senhor Presidente, também tem a ver com a Calçada da Lomba, em S. Roque. Eu ontem até estive a dar uma vista de olhos no portal “A Minha Rua” e acho que, proporcionalmente, esta deve ser talvez a rua objeto de mais reclamações expressas naquele portal. A Calçada da Lomba é aquela calçada que desce ali da Quinta da Lomba até Vila Chã, é aquela estrada que está em paralelos, que foi depois intervencionada ao nível da rede de água ou de gás já não sei, os paralelos depois não ficaram bem repostos, ainda para mais neste inverno é de difícil transitabilidade e, portanto, seria importante equacionar uma intervenção naquela rua. Também estamos em final de ano, Senhor Presidente, eu gostava de perceber como é que está o processo do Azeméis Gran Plaza, como é que está o processo no sentido de saber se está encerrada a situação com a Martifer, se não está encerrada. A Martifer, na altura a Promoquatro melhor dizendo, entregou um milhão de euros a título de caução, a título de adiantamento, esse processo está resolvido ou não está resolvido? A Câmara Municipal vai ficar com o milhão de euros a título de indemnização, vai devolver o milhão de euros? Como é que está esse processo? Era importante que isso ficasse esclarecido para não termos situações a protelar, o Senhor Presidente tem dito aqui muitas vezes na reunião “agora temos que andar aqui a resolver coisas de 2002, 2004, de executivos anteriores” e, portanto, nós não queremos que se calhar daqui a meia dúzia de anos também digam que andamos aqui a resolver coisas de 2009, 2010, que passaram pelas nossas mãos e que nós não fomos capazes de as resolver. Uma última questão, Senhor Presidente, no âmbito das competências e daquilo que a legislação prevê, gostava de conhecer e saber quem são o pessoal afeto e de apoio político ao Executivo, nomeadamente Chefes de Gabinete, Adjuntos e Assessores, acho que era de bom-tom, esta situação três meses depois ainda não foi objeto de comunicação pública como foi em anos anteriores e acho que era importante que todos soubéssemos quem são e quais as funções dessas pessoas. Obrigado. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia a todos, a minha intervenção é só para destacar algumas iniciativas ligadas ao domínio da Educação. E começava em primeiro lugar por destacar o 10º Aniversário da Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis, que tem decorrido e que apresenta um conjunto de eventos e uma mostra

retrospectiva daquilo que foram os dez anos de vida desta Universidade Sénior, que tem de alguma forma cumprido com a missão de ocupação saudável de uma camada de pessoas já na sua reforma, que têm aqui oportunidade de aprendizagem desde a área musical até à informática e por aí fora. Ao longo deste assinalar do 10º Aniversário, este conjunto de eventos mostram que de facto é uma Universidade que tem grande representatividade no Município e também uma das que tem o maior número de sócios, nomeadamente ao nível do distrito de Aveiro. O encerramento das comemorações do 10º aniversário decorreu no último fim-de-semana com a atribuição do título de sócio honorário à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pela Universidade Sénior, que no fundo é também o reconhecimento do trabalho de parceria que tem sido desenvolvido desde a sua fundação e ao longo destes anos de existência desta Universidade Sénior. Também uma referência para a realização em Oliveira de Azeméis, no último fim-de-semana, do II Rapagão, um Festival de Tunas Masculinas, promovido pela “Tuna Rapazinhos” da Escola Superior de Enfermagem, que trouxe até Oliveira de Azeméis quatro tunas do país: a Tuna de Medicina do Porto; a Tuna de Tecnologias de Saúde, também do Porto; a Tuna da Universidade Lusíada de Lisboa e a Tuna Médica da Universidade da Beira Interior. Como referi, para além do Festival em si que decorreu no Cine-teatro Caracas, teve um conjunto de envolvimento de atividades na cidade e no próprio edifício municipal com a colocação das capas de estudante na varanda, na animação do próprio Largo da República um desfile e, portanto, aqui também saliento sobretudo esta capacidade de dinamização da cidade e de envolver as pessoas que por aqui circularam, sobretudo na parte pedonal e depois com o Festival de Tunas que decorreu, como disse e referi, no Cine-teatro Caracas. Também uma palavra para destacar a inauguração do Parque do Cercal, Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado, que decorreu, como sabem, no último dia 16, na segunda-feira, e que é o culminar de um processo longo que se iniciou há cerca de 15 anos, que não fecha ainda o ciclo porque ainda é necessário, naturalmente, fazer a transferência das instalações do Rainha para o Parque do Cercal e que segundo os responsáveis pela Universidade de Aveiro, pela Escola Superior Aveiro Norte, poderá ocorrer no início, portanto entrada em funcionamento pleno com os alunos, no início do segundo semestre, portanto, em fevereiro. De qualquer maneira, eu destaco sobretudo este final de um ciclo com a inauguração das instalações e com o envolvimento que terá naturalmente nesta questão da ligação ao Município, à Universidade e às empresas e também como marco de uma aposta forte do Município naquilo que tem a ver com a inovação, com aquilo que será e que é já um marco da nossa Escola Superior Aveiro Norte. Para além disso, o próprio edifício que não é muito conhecido, mas pela colocação geográfica as pessoas que passam pela rua ao lado não conseguem perceber a existência deste edifício, mas acho que é digno de dizer que não só pela sua inovação do ponto de vista da concessão arquitetónica, mas também por aquilo que corresponde no seu funcionamento, no que diz respeito ao aproveitamento eficiente da energia. Acho que é um marco importante que nos engrandece a todos e que é um desafio, que creio que podemos vencer no que diz respeito à afirmação do ensino superior em Oliveira de Azeméis, do

ensino superior público, porque também temos uma oferta de ensino privado que, como referi, está ligado, nomeadamente, à Escola Superior de Enfermagem. São estes os três assuntos que eu tinha para destacar neste período de Antes da Ordem do Dia. Usando da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Bom dia a todos. Pegando aqui no facto que a Dra. Gracinda salientou do centenário da D. Elena Muriel, que era de facto uma artista de grande execução e que independentemente de ter sido viúva, casada e depois viúva de Ferreira de Castro, teve uma ligação forte a Oliveira de Azeméis e sendo uma artista plástica a iniciativa faz todo o sentido, já há muito tempo que havia um movimento no sentido de se criar aqui um prémio para salientar a figura de Elena Muriel e faz todo o sentido e o Município tem todo o interesse em dinamizar essa iniciativa e de facto é em bom tempo que o faz se for avançado em 2014, enfim, fazendo então referência quer ao centenário agora em dezembro, quer depois também marcando a morte. Acho que é de todo oportuno e de salientar que isso só nos engrandece como Município, uma vez que a própria Elena Muriel fez questão de estar connosco depois de morta e, portanto, fez questão de deixar expresso que queria que o corpo fosse sepultado em Ossela o que engrandece o Município. É o tal património material que nós, naturalmente, temos todo o interesse em preservar e salientar. Falando de aspetos que já foram referenciados, o Senhor Presidente na altura referiu que durante o mês de dezembro ficaria resolvido o problema da marcação dos pisos das vias que foram beneficiadas com o alcatroamento, algumas já foram de facto, enfim, foi logo na altura, foram feitas as passadeiras, mas continua a haver perigosidade nestas vias, particularmente durante a noite. E, Senhor Presidente, eu diria que além das marcações julgo que seria de todo oportuno, sei que a questão financeira e o Senhor Presidente naturalmente fará referência a isso, é um dos problemas mas nós temos de equacionar algumas prioridades e de facto há aqui vias em que a circulação dos peões é muito difícil, porque os pisos sendo repostos subiram um pouco de nível e criaram algumas situações mais difíceis de circulação para os peões. E, portanto, seria importante, não vou referenciar as ruas, obviamente que os serviços técnicos terão essa capacidade melhor do que eu, mas era importante ver quais são as ruas em que isso aconteceu e além da marcação estudar desde logo um plano de requalificação, particularmente das zonas pedonais, portanto das zonas de passagens de peões nessas vias e portanto, era um aspeto que eu gostaria de saber, Senhor Presidente. Provavelmente a questão financeira é uma questão que se coloca, mas saber se há um plano já para 2014, uma vez que em dezembro naturalmente isso não será possível de fazer. Falando ainda de questões associadas a vias e porque esta questão é uma questão premente, eu por acaso hoje ouvi uma notícia que acho que acho que faz todo o sentido, hoje também é preciso perceber quais é que são as prioridades que nós temos, que tem a ver com a iluminação das vias públicas por parte das Estradas de Portugal. Em Loureiro, num cruzamento que faz acesso à freguesia de Loureiro e que está localizada na via que liga à Autoestrada e também à A29, temos um cruzamento extremamente perigoso que não tem iluminação. Aquela via é muito frequentada, já foi falado várias vezes aqui não sei se no mandato anterior mas foi logo que aquela via foi feita, aquela variante foi feita, a verdade é que aquele cruzamento é um

cruzamento que tem muito tráfego e não tem qualquer iluminação. Nós devemos racionalizar de facto a iluminação pública nas vias, a Estradas de Portugal naturalmente terão essa estratégia, mas não vão deixar, julgo eu, se o município assim o fizer que é, digamos, uma exposição clara sobre a necessidade de iluminação pública naquela via, de fazer a iluminação daquele acesso a Loureiro. É muito perigoso e quem circula naquela via durante a noite, e o Senhor Presidente naturalmente terá feito já essas viagens muitas vezes, percebe que aquela via naquele local torna a circulação muito difícil de acesso a Loureiro e os Loureirenses naturalmente, e não só os Loureirenses, que fazem o circuito por essa via terão todo o interesse em ter a via iluminada. Era saber se de facto foi feita alguma diligência, se não foi, Senhor Presidente, penso que estaria na hora de nós fazermos muito claramente para que ela seja iluminada. É o cruzamento de acesso a Loureiro, portanto a seguir ao viaduto na variante, quem vem da autoestrada a primeira entrada para Loureiro, quem vai de Travanca na variante será antes de passar o Viaduto sobre a Autoestrada A1 é, digamos, aquela entrada, essa entrada é perigosíssima, porque normalmente há uma tendência, embora haja uma delimitação de velocidade, há uma tendência para as pessoas passarem ali com alguma velocidade. Aquela zona é uma zona extremamente escura, é uma zona muito difícil, tem uma ligeira curva que com alguma dificuldade se consegue ver. Senhor Presidente, se foi feito qualquer coisa, saber como é que esse processo está; se não foi feito, penso que seria importante fazer uma intervenção do Município no sentido da iluminação desse local. Senhor Presidente, há uma outra questão também que se cruza com aquilo que temos falado e que tem a ver com os Parques Desportivos. Eu sei que esta questão da GEDAZ e da transferência dos funcionários, naturalmente que também implicará com estes aspetos, mas saber se há algum plano para começarmos já neste mandato a ver o que é que se vai fazer com essas instalações desportivas que estão, como sabemos, muitas delas com dificuldades. O Dr. Pedro Marques já falou dessas questões de uma forma genérica, mas saber se há alguma, digamos, possibilidade e agora no Orçamento, enfim, poderemos discutir isso melhor na próxima reunião, mas de qualquer maneira saber se há algum plano já com os funcionários que estão em vias de se integrar no Município, quem vai ficar responsável e de que forma é que vai ser feita esta manutenção, uma vez que alguns parques continuam a ter problemas sérios quer de manutenção, quer de vigilância. Relativamente a um outro aspeto tivemos aqui no dia 7 de dezembro alguns jovens oliveirenses que têm prática no Boccia que foram premiados, temos de facto um conjunto de jovens que se têm salientado nesta prática desportiva. Senhor Presidente, eu gostava de colocar duas questões. Uma delas e penso que isto era importante, nós criamos um Centro de Treino de Boccia que é uma estrutura importante, o Partido Socialista na altura, no início do mandato anterior, pugnou para que uma estrutura semelhante pudesse vir a ser implementada, está implementada, de qualquer maneira há aqui uma questão que importante: qual é o serviço do Município que coordena ou que tutela ou quem é que estabelece a relação entre o Município e o Centro de Boccia? Eu estou a colocar esta questão, por razões que tem a ver exatamente com a possibilidade de nós melhorarmos este serviço, porque por um lado há naturalmente carência de

técnicos, porque o Boccia é de facto uma prática desportiva que tem importância não como recreio, embora possa também ser utilizado por essa via, mas para estes jovens como efetivamente uma prática de competição desportiva e de atividade desportiva que eles, naturalmente, integram e querem fazer isso com todo profissionalismo. Se nós tivermos aqui condições para fazer instalações para fazer esta prática, era importante criar condições humanas também para apoiar. Naturalmente tivemos agora a integração de técnicos da Gedaz, que estão mais ligados à área das piscinas e portanto da prática da nataçãõ, ,as seria importantíssimo que nós tivéssemos também a possibilidade e daí a talvez a racionalização destes funcionários que vão ser integrados, ver qual é a possibilidade de destacar mais alguém que pudesse acompanhar, com uma especialização se calhar nesta área, estes jovens de uma forma mais próxima. Há de facto necessidade disso e nós temos necessidade, naturalmente, de salientar a importância da prática desportiva do Boccia e dos jovens oliveirenses que são premiados e que foram vários e, mais do que isso, dar-lhes condições. Há dificuldades de transporte, de articulação de transporte e, portanto, no fundo é saber qual é o organismo. Se é a Educação, se é a Ação Social, se é a área desportiva, porque há ali dificuldades em percebermos, os próprios atletas não percebem bem porque eles querem ser tratados naturalmente como indivíduos que são, dentro daquilo que é a prática desportiva, não uns coitadinhos mas sim alguém que tem competências e características para fazer aquilo que é importante que é, além de terem a parte pessoal deles, o ego deles naturalmente a autoestima deles em cima, mas também, serem reconhecidos como indivíduos de pleno direito. Finalmente, Senhor Presidente, nós tivemos há uns anos atrás uma iniciativa que foi um projeto de valorização do espaço, do terreno que foi adquirido em Macinhata da Seixa por duzentos mil euros, na altura contestado naturalmente pelo Partido Socialista, no entanto está lá o espaço, foi cedido ao Grupo Musical Macinhatense, saber como é que está esta situação. Se há, ou não há, aqui um acompanhamento por parte do Município, relativamente aquilo que possa a vir ser feito lá. É evidente, na minha opinião e penso que será partilhada por um conjunto de outros elementos deste Executivo, nós não devemos fazer ou tomar opções que sejam disparates no sentido financeiro, para termos ali mais algo que possa não ser rentabilizado de uma forma conveniente. Portanto, saber exatamente em que pé é que está isto, se nós podemos fazer de facto aproveitamento daquele terreno de outra forma, porque é um espaço nobre no centro de Macinhata da Seixa e inclusivamente tem lá umas alminhas que são uma referência também em termos de história daquele espaço de Macinhata, e não só, do nosso concelho que temos várias alminhas, saber o que é que se pode fazer para valorizar aquele espaço para não termos simplesmente lá um placar a dizer que um dia destes vai nascer lá o PIC. De facto, o PIC, se fosse possível fazê-lo de forma conveniente e rentabilizar aquele espaço seria bom. Isto, penso que será difícil, saber exatamente qual é a estratégia. Era tudo, Senhor Presidente, obrigado. No uso da palavra o Vereador Dr. Pedro Marques disse: Bom dia a todos. Três coisas muito breves que gostaria de salientar. Em primeiro lugar, enaltecer, pelo trabalho das associações de pais, associações de cariz cultural, recreativo, que têm embelezado as nossas rotundas nesta época

natalícia. Acho que é uma força, uma expressão que demarca bem o nosso espectro associativo, é bom perceber que as pessoas fazem questão também de ter uma voz ativa em termos sociais e cívicos numa época importante e também acrescentando a isso todos os movimentos informais que têm acontecido nesta cidade ao longo das últimas semanas na tentativa de este natal ser um natal para todos e, portanto, cabe-me a mim também enaltecer esses pais, essas mães, essas associações por esse espírito. Em segundo lugar, gostaria também e acho que é de todo merecido, destacar os 90 anos da Escola Livre de Azeméis, uma instituição que tem uma história riquíssima que ultrapassa várias gerações no nosso concelho, que é uma das nossas maiores referências de identidade Oliveirense e de alguma forma continuam fielmente ligados aos princípios da sua fundação, que é um espírito de enorme sacrifício mas também vontade de concretização de alguns sonhos e, portanto, espero bem que estes 90 anos se repitam por muitos e mais e que os êxitos de uma de instituição como esta se transfiram para a nossa comunidade e que a nossa comunidade volte a olhar para a Escola Livre com atenção e com preocupação no sentido de também poderem eles próprios serem parte daquela grande família. Por último, queria apresentar um voto de louvor ao homem que dedicou toda a sua vida ao movimento de escoteiro, um homem que há 35 anos trabalha com crianças, forma crianças, que tem um percurso de vida absolutamente invejável ligado aos outros, ligado ao teatro, à ajuda humanitária, à formação de vidas. Falo do Senhor Valdemar Oliveira Correia, fundador dos Escoteiros de Nogueira do Cravo, um homem que há 35 anos trabalha em prol destas causas, para além de fundador dos Escoteiros também criou, foi um dos impulsionadores da antiga Ação Católica Rural, o Grupo Teatro de Escoteiros de Nogueira do Cravo, foi também acérrimo um trabalhador no que diz respeito às questões ligadas à Comissão Fabriqueira, criou a Fanfarrinha dos Escoteiros de Nogueira do Cravo, criou o Grupo Coral de Nogueira do Cravo, o Centro Recreativo Popular de Nogueira do Cravo e ministrou ainda uma parceria muito grande com alguns colegas ainda da formação da antiga Ação Católica Rural, criou também o Curso da Cristandade em Nogueira do Cravo. Portanto, é um homem com um currículo invejável e que cumpre a mim realçar e solicitar ao executivo este voto de louvor. Era só. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, algumas notas. Uma delas, obviamente tem a ver com a inauguração do Parque do Cercal, embora com dois anos de atraso em relação à data anunciada pelo Senhor Presidente, a obra cá está e isso é que interessa, portanto, cabe-nos reconhecer a sua importância e é justo também que este Executivo parabenize e reconheça os Executivos anteriores na pessoa dos Senhores Presidentes, nomeadamente o Senhor Ângelo Azevedo e o Senhor Ápio Assunção e também, conforme foi dito na sessão da inauguração deste equipamento, a Reitora da Universidade de Aveiro de então a Dra. Helena Nazaré, porque foram efetivamente os grandes obreiros e os grandes responsáveis, os grandes mentores desta obra. É um equipamento, obviamente, como aqui já foi dito pelo colega Isidro Figueiredo, da maior importância para a formação e qualificação dos Oliveirenses; é um equipamento estratégico para a indústria da região e é obviamente um equipamento muito importante para o

reforço da competitividade do nosso concelho no seu quadro de operações quer regional, quer nacional, quer internacional. É evidente que a autarquia deve criar condições para que o aprofundamento das relações entre as empresas, a autarquia e a Universidade de Aveiro seja um trabalho permanente e deve criar condições para que os quadros que resultem dos percursos formativos deste estabelecimento de ensino superior tenham condições para que caso queiram iniciar em Oliveira de Azeméis o seu projeto de vida o possam fazer. E para isso é preciso que a autarquia invista seriamente na regeneração e na requalificação urbana, é necessário que a autarquia tenha equipamentos e espaços públicos de qualidade, tenha uma atividade cultural rica e intensa, enfim um conjunto de respostas modernas para um público, como sabemos para um conjunto de municípios que são cada vez mais exigentes. Utilizar também aquilo que foi dito, pelo colega Isidro Figueiredo, é efetivamente um edifício muito bonito, mas eu gostaria de deixar aqui uma nota, uma nota que não é inovadora, tem a ver com ao acesso ao equipamento. É um acesso que vai ser utilizado diariamente por centenas de pessoas e eu temo que este acesso da forma como ele está construído venha a originar acidentes graves e, portanto, chamo à atenção do Executivo para a necessidade de repensar aquele acesso, de procurar encontrar uma outra solução para o acesso àquele equipamento para evitarmos acidentes que todos, obviamente, não queremos. Se por um lado temos um equipamento que é uma aposta importante na formação e qualificação dos oliveirenses, eu não podia deixar de sublinhar uma atitude contrária por parte do Governo Português, que claramente é um Governo que não aposta na educação pelo menos na educação através da escola pública. E nós tivemos, ontem, professores, a serem avaliados, a verem as suas competências avaliadas e julgo que nenhum professor, digno desse nome, concordará com esta iniciativa do Governo que é verdadeiramente lamentável. Queria deixar aqui um registo de solidariedade para com os professores oliveirenses que foram submetidos, infelizmente, a esta prova que constitui um vexame para a classe e constituiu um vexame para a educação portuguesa. Senhor Presidente, uma outra questão que eu lhe queria colocar, é uma questão recorrente também aqui e tem a ver com um funcionário da Junta de Freguesia de Cesar, o Senhor José da Silva Oliveira, na altura a explicação que me foi dada, eu julgo que foi dada, não tenho a certeza, pelo Senhor Vice-Presidente, de que ele estaria provisoriamente afeto a uma iniciativa que eu não me recordo qual é, na Freguesia do Pinheiro da Bemposta, o Senhor Presidente também disse que as pessoas não deveriam considerar os seus lugares como lugares eternos, o que é um facto, é que este funcionário, passados estes meses, continua deslocado do seu posto de trabalho, não sabe se em novas funções. O que eu gostaria de saber, Senhor Presidente, é efetivamente as razões para esta reafectação de funções, porque obviamente, volto a referir aquilo que disse na intervenção que já fiz, não quero crer que isto tenha um caráter político, o que seria absolutamente lamentável. Mas obviamente que se as explicações que me forem dadas não forem explicações claras e convincentes que eliminem por completo este sentimento que eu tenho, é evidente que eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para denunciar esta situação. Isto é absolutamente inadmissível no século XXI, o Senhor Presidente está-se a rir, mas obviamente que para si não será importante que um

funcionário veja os seus recursos financeiros mensalmente afetados com a obrigatoriedade de almoçar fora, ter que se deslocar, enfim um conjunto de questões que são absolutamente desagradáveis, portanto, aquilo que nós gostaríamos de saber é se, recolocando a questão, se isto se enquadra num projeto de reafecção de funcionários que aguardamos já há alguns anos, atravessou inclusive o mandato anterior, ou se efetivamente se trata de uma reafecção deste funcionário específica, com justificações que esperemos nos venham a ser dadas. Uma outra questão, Senhor Presidente tem a ver com o último infomail, é meramente um pedido de informação, o último infomail produzido pela autarquia na revista “Azeméis é Vida”, aponta para uma expectativa de uma dívida final na ordem dos trinta e oito milhões de euros, que é uma dívida completamente diferente daquela que foi publicitada durante o ano de 2013 em vários fóruns, nomeadamente em plena campanha eleitoral e, portanto, o que eu gostaria de perceber é se esta dívida corresponde aquilo que foi a nossa leitura na avaliação intercalar das contas que fizemos na última Assembleia Municipal, ou se, efetivamente, se trata de um número provisional, e portanto a dívida poderemos esperar que ronde os trinta e cinco milhões de euros, que foi essa dívida que foi publicitado e que é a dívida que nós deveríamos ter de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro no final de 2013. Eu lembro que a dívida de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro que nos obrigamos a cumprir é de 34,8 milhões de euros. Esta questão tem a ver basicamente com o seguinte, Senhor Presidente: Tem a ver com o facto, que já lhe pedi também que nos desse uma ideia aproximada, não tem que ser necessariamente absolutamente rigorosa, do montante envolvido nestes asfaltamentos feitos nos últimos meses, para que percebamos de que forma é que esses asfaltamentos são impactantes neste diferencial da dívida, ou nem tanto, porque recorro que estaríamos a falar quase sempre no valor de 150 mil euros para os asfaltamentos, retirando uma ou outra obra que não estaria obviamente nesse valor, porque seria algum ajuste direto à parte. Uma outra questão, Senhor Presidente, tem a ver com o Clube Desportivo de Cucujães. O Senhor já teve a oportunidade de visitar a coletividade, de se inteirar das obras que estão a ser realizadas, generosamente a Autarquia ofertou cinquenta mil euros na altura das comemorações dos 50 anos do Clube Desportivo de Cucujães. Nessa altura, o Senhor Vice-Presidente, Vereador Ricardo Tavares, disse que esses cinquenta mil euros seriam assumidos pela Autarquia até ao final do ano e aquilo que eu lhe pedia, Senhor Presidente, é que efetivamente, obviamente respeitando aquilo que são as dificuldades financeiras do município, se procurasse fazer ou minorar pelo menos as dificuldades que a coletividade tem, porque como sabe, isso deve-lhe ter sido explicado, seguramente que lhe foi explicado, existem fornecedores que neste momento pressionam a coletividade para receberem, se não a totalidade, parte do trabalho que foi feito. Entretanto, existe também uma candidatura para os painéis solares, tem também um conjunto de obrigatoriedades, eu dispenso-me de estar aqui a explicar, o senhor conhece isto tão bem como eu. Era só este apelo. Uma outra questão, Senhor Presidente, e é uma última questão, até entronca um bocado naquilo que eu disse, tem a ver com a requalificação urbana, com a nossa regeneração urbana. Nós temos aqui um conjunto de aspetos que são aspetos fundamentais que

nós abordemos e que não são, nem constituem grandes esforços financeiros da Autarquia, eu estou a falar até de pequenas coisas, por exemplo a envolvente da autarquia, este edifício é um exemplo disso. Nós devemos olhar com muito mais atenção para a limpeza deste espaço central, eu lembro que as escadas aqui ao lado do Tribunal estiveram durante dias com vomitado nas escadas, estão pretas, estão muito sujas; os focos que existem aqui neste muro de suporte, desapareceram todos, julgo que só existe um foco, estão os cabos elétricos à vista; nós temos aqui as pedras à frente do edifício que são causa de quedas, porque as pedras estão levantadas; as pedras em frente ao “Zé Carvalho”, é evidente que isto tem a ver com trânsito, estão totalmente levantadas, estão totalmente descoladas e era importante que fossem reparadas; aqui a nossa bica de água, tem um aspeto que não é um aspeto, sinceramente, simpático nem aparenta uma grande higiene e, portanto, digamos há aqui um conjunto de aspetos que seriam importantes que nós procurássemos intervir e procurássemos resolver. No último mandato e não vou dizer que isto seja motivo de satisfação para qualquer um nós, no último mandato e nos últimos mandatos, também sejamos corretos, não tiveram qualquer evolução e refiro-me obviamente em relação à Estátua do Milénio, que era um problema que importava resolver, porque efetivamente são recursos públicos que estão ali afetos, pagos e é uma obra de um artista que nós ainda por cima prezamos muito e gostaríamos de ver finalmente colocada a embelezar uma destas rotundas que o vereador Pedro Marques acabou de referir, ou outro espaço qualquer não tem que ser necessariamente uma rotunda. A Estalagem S. Miguel, Senhor Presidente, é outro equipamento muito importante, eu sugiro que o Executivo se debruce seriamente sobre esta questão e pensemos efetivamente numa solução para isto, em conjunto e, obviamente, mais uma vez, pedir informação sobre a Casa Sequeira Monterroso. Era só, Senhor Presidente. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Três coisas muito rápidas, nas quais assentam a qualidade de vida das pessoas, no meu entendimento. Falo, por exemplo, nas valas que se abrem na rua muitas vezes para fazer uma ligação de saneamento ou talvez de gás, não faço ideia, várias circunstâncias, e que depois demoram imenso a serem repostas. Está ali uma em Santiago, por exemplo, que causa transtorno na passagem dos carros; falo na Rua do Mosteiro, que fizemos o asfaltamento dos passeios se calhar há mais de dois anos e ficou ali perto até da casa dos pais da Dra. Gracinda, uma situação por resolver, há umas três semanas ou mais, lá sempre colocaram o encaminhamento das águas para o lugar da Ínsua, que nós estamos sempre disponíveis para receber tudo o que vem da parte de cima da freguesia e a vala ficou ali aberta mais de três semanas, num sítio perigosíssimo, que incide ali com uma pequena curva e agora recolocaram lá um bocadinho de alcatrão no meio o que é estranho, porque podiam ter aproveitado os paralelos e não fica assim um remendo tão mal feito, é uma questão de imagem, de qualidade e continua ainda por concluir a obra. Acho que este género de coisas que são pequenos pormenores, mas que a obra iniciando-se se tente repor o mais depressa possível, porque isto causa transtorno na circulação diária, nos peões, em tudo, portanto, era um alerta para que estes pequenos pormenores comecem a ser corrigidos. Não é uma questão de dinheiro, porque a

reparação é feita passado três semanas, ou quatro, ou um mês, portanto não será por aí. Outra questão e aí deixo para o Gabinete do Ambiente, que se prende e se conjuga entre limpeza dos passeios, que muitas vezes são invadidos por silvados de terrenos particulares. O que acontece, ainda um dia destes percebi, ontem, ou antes de ontem, estava a chover e o peão tem que ir para o passeio porque está na rua apanha com água e apanha com trânsito, chega ao passeio e encosta-se o mais possível e fica com a camisola a sua presa no silvado que desce pelo passeio fora. Penso que devíamos fazer um esforço, junto com as juntas de freguesia, tentar perceber que são os proprietários destes terrenos. Não estamos a falar daquelas limpezas de incêndios, estamos a falar de limpezas que as pessoas devem ter nos seus terrenos, pelo menos para evitar que as silvas invadam o espaço público tirando qualidade ao peão. Portanto, era um desafio que eu deixava, acho que se pode fazer um levantamento freguesia a freguesia, de forma a que as pessoas sejam notificadas diretamente para o fazer, que acho que o devem fazer, nem devia ser preciso a notificação mas, enfim. Estou convencida e tem a ver com a última intervenção, que depois de vocês olharem para o edifício da Câmara, aqui na Praça da República, para contemplar as capas dos estudantes, perceberam a pintura miserável que apresenta aquele edifício, que se destacou com certeza com o preto da capa e que se destaca todas as noites, mais nesta época do que nunca, porque a gente olha para lá para contemplar a iluminação e vê uma coisa escura com bocados de tinta a cair. Penso que não estamos a falar de uma grande obra, mas que é uma imagem que era importante também mudar. É realmente um espaço bonito e que destacando-se o vermelho da passadeira, as luzes do natal fica depois aquele edifício triste, por isso o meu desafio é que se faça essa pintura. Obrigado. O Senhor Presidente prestou os esclarecimentos solicitados: Ora muito bem, vamos lá então procurar dar aqui respostas às muitas questões levantadas. O Senhor Vereador Hélder Simões falou na questão do cruzamento de Carro Quebrado, Pindelo, e do reordenamento do trânsito também sugerido por um município, nós vamos procurar junto dos nossos serviços que nos deem uma informação técnica relativamente a essa situação. Quanto à questão da ENERGAIA, eu julgo que seria até oportuno numa das próximas reuniões poder vir cá alguém apresentar o relatório de atividades da ENERGAIA, naquilo que diz respeito ao município de Oliveira de Azeméis, até porque nós temos vindo a trabalhar nos últimos tempos na preparação do “Portugal 2020”, sendo certo que ainda não há sequer acordo de parceria assinado, mas há uma coisa que nós sabemos é que na área da energia e das eficiências energéticas, e muito associado às questões da energia, vão estar parte significativa dos fundos estruturais e, portanto, é muito importante nós podermos nesta preparação, estar preparados e como sabem, nestas matérias, quanto mais cedo as candidaturas abrirem, achamos que em junho de 2014 isso acontecerá, mas os projetos têm que estar prontos. E, portanto, aquilo que eu posso dizer, mas melhor do que eu as pessoas com quem diretamente trabalham na agência, é que a agência tal como a agência do Porto que é uma agência que faz do Porto para cima e a ENERGAIA faz do Douro para baixo, apanha Municípios de Gaia para baixo, têm feito um excelente trabalho e a avaliação é muito positiva, mas é evidente que eu acho que ela não pode se circunscrever única e exclusivamente aos municípios, as próprias

associações e mesmo até na sequência daquilo que o Eng.º Joaquim Jorge falou no CDC da candidatura da eficiência energética e dos painéis solares, a ENERGAIA pode e deve, na minha opinião, prestar apoio. Já o fazemos agora aqui em termos de iluminação pública e de recursos energéticos e, portanto, eles têm feito um bom trabalho. Eu vou sugerir que eles cá venham, até para do ponto de vista qualitativo e quantitativo percebermos quanto é que é, mas seguramente que o saldo nos é favorável, tendo em conta a quota paga e pelo menos a redução das faturas energéticas. Eu estava aqui a fazer uma confusão, a ADREV é uma outra coisa e a ADREV apesar de contabilisticamente estar a zero não foi extinta, porque agora como vocês sabem, fruto de nova legislação, sempre que se quer constituir alguma coisa nova é muito complicado, é preciso pedir ao Ministério das Finanças e, portanto, aquilo está a zero, mas não foi extinta, ou seja, os cinco Municípios entenderam não extinguir. Outra coisa é o EDVENERGIA, isso sim, extinto e eu vou pedir ao Eng.º Santos Costa o relatório e traze-lo cá, se calhar até distribuí-lo e depois discuti-lo mais para a frente para depois se poder fazer uma análise, sendo certo que, não é novidade para ninguém, a coisa não foi famosa, pelo menos a parte final e nós apanhamos com a parte final, ou seja, houve quem, no sentido figurado, comesse a carne e nós depois tivemos que roer os ossos. Mas a situação neste momento está completamente ultrapassada. Quanto à questão da calçada da Lomba, em S. Roque, eu tomei boa nota, vou procurar junto dos serviços, do Chefe de Departamento e da Divisão saber qual é que é o ponto da situação em termos de intervenção planeada, se está, se não está, para resolver essa situação. Quanto à questão que colocou do Azeméis Gran Plaza. É uma questão mais complicada, porque não depende só de nós, ou seja, eu fiquei sem perceber se o Senhor Vereador Hélder Simões defende que a Câmara Municipal devolva o milhão de euros que recebeu, ou não, se é essa a sua opinião. Nós recebemos um milhão de euros, mas como o Senhor sabe ainda falta receber mais um milhão e meio, porque no compromisso que estava assumido era essa parte. Portanto, é como lhe digo, eu vou procurar dar para não se fazerem especulações relativamente à volta daquilo que eu digo sobre esta matéria, não é um processo fácil, não é um processo fácil, e, portanto, também não tem havido nenhuma comunicação por parte da Promoquatro e da Martifer relativamente a essa matéria, portanto a situação está de acordo com aquilo que eu informei da última vez que me foi colocada. Portanto, nem nós devolvemos o dinheiro, nem a Martifer nos mandou mais nada. Parece-me um bocadinho prematuro, mas é a minha opinião, nesta altura atendendo às contingências económico-financeiras nós queremos sentar à mesa para o que quer que seja. Acho que é preciso ter aqui alguma paciência, naturalmente defendendo sempre os nossos interesses e a outra parte defenderá os deles, mas é uma situação, como lhe digo, não teve evolução, nem favorável, nem desfavorável, portanto a situação mantém-se. Quanto à questão que colocou, relativamente à composição dos gabinetes, na próxima reunião dou-lhe isso, até porque ainda nem está tudo preenchido, não estão todos os lugares preenchidos e, portanto, como lhe disse, na próxima reunião de Câmara, não a de segunda-feira, mas a outra a seguir, já deve estar tudo resolvido e portanto dou-lhe conhecimento, ,as não há grandes alterações, mas com certeza que sim, não tem problema

nenhum relativamente a essa matéria. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões para dizer: Eu defendo aquilo que nós, naquilo que diz respeito ao Azeméis Gran Plaza, fazamos aquilo que nós propusemos há um ano atrás que era notificar o comprador para fazer a escritura e liquidar o valor em falta. Se tem quatrocentos mil euros para pagar por mês pelos Estaleiros de Viana, há-de ter um milhão e meio de euros para pagar o compromisso à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis essa é a nossa defesa. Agora a questão aqui, é basicamente, nós alienamos um terreno e nós ficamos com o terreno e ficamos novamente com expectativas. O Senhor Presidente disse: É um assunto que como é evidente não pode ser esquecido, é um assunto que queremos resolver, queremos resolver a bem nós e se calhar eles a bem para eles. Quanto às questões que foram colocadas pelo Senhor Vereador Manuel Alberto e até também pela Senhora Vereadora Gracinda Leal, naquilo que diz respeito à D. Elena Muriel eu acho que é importante nós assinalarmos e ainda bem que a Senhora Vereadora aqui trouxe um conjunto de propostas para assinalarmos os cem anos do nascimento da Senhora. A questão das marcações e das pinturas das passadeiras e das vias delimitadoras, nós temos aí um plano que foi feito pelo Departamento das Obras Municipais, já foram feitas mais pinturas desde que o Senhor Vereador falou, mas ainda não estão todas feitas, portanto, é um processo que está em curso. Às vezes, não é só a questão financeira, há outras questões, ou se contrata uma empresa, porque uma empresa especializada para fazer esse serviço demora muito menos tempo, porque tem aqueles equipamentos, aquelas máquinas próprias e nós também temos uma máquina, mas é uma máquina pequenina, pronto mas é à nossa dimensão naturalmente, mas esse processo está em curso e nós vamos procurar rapidamente resolvê-lo. Eu só mais tarde é que percebi o cruzamento, porque eu estava a fazer confusão com os outros cruzamentos, que os outros cruzamentos, deixe-me dizer que até têm luz a mais, na questão das poupanças, quando se está a poupar, se você vir, aquilo há lá sítios que não há uma luz desligada, estão todas ligadas e podia o de Contumil e o outro ter alguma redução, mas é as Estradas de Portugal que pagam. E depois é que percebi que é o acesso à casa do Senhor Vereador Pedro Marques, aquilo ali não tem luz e, portanto, nós já contactamos as Estradas de Portugal, aqui não foi a EDP, aqui foi as Estradas de Portugal. Quanto aos Parques Desportivos, nós estamos a instalar a Divisão de Desporto na Câmara Municipal, fruto do encerramento da GEDAZ e da internalização dos funcionários e esta será uma das matérias que depois a seu tempo virá cá, mas posso-lhe dar nota que nós temos um levantamento exaustivo polidesportivo a polidesportivo, que é um bocadinho assustador do ponto de vista dos investimentos a fazer e, naturalmente, que temos de resolver isso bem, porque aqueles espaços depois de construídos é para servir a população e fomentarem a prática desportiva. Aqueles que foram construídos próximos de escolas ou juntos a centros populacionais, esses estão a ser utilizados. Há outros que está a haver alguma dificuldade na sua utilização e a dinamização dos mesmos, passa por parcerias com o movimento associativo, há quem esteja disponível, há quem não esteja, mas é uma situação que nós a seu tempo aqui traremos. Quanto ao Boccia, deixe-me dizer-lhe o seguinte, Senhor Vereador: é verdade que é uma matéria que nós temos aqui

investido algum tempo na discussão, ainda bem, nós somos sempre considerados e acho que isso nos deve ser motivo de orgulho, nós apesar de algumas coisas poderem melhorar e deverem melhorar, nós somos sempre considerados quer pela Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, quer por todas as associações que trabalham nesta área um concelho exemplar, ou seja, porque apoiamos, porque criamos um Centro Municipal de Boccia, é um exemplo que é tentado replicar noutros municípios e infelizmente ainda não tem acontecido, mas nós achamos que fizemos bem e que foi um excelente investimento. Nós traremos muito brevemente um conjunto significativo de apoios ao Centro Municipal de Boccia, através da CERCIAZ, proporcionando melhores condições de treino, porque isto é como tudo, o caminho faz-se caminhando e nós já sabíamos que isto ia acontecer, que ia chegar a uma altura que é preciso competição e os nossos jovens, atletas, são fabulosos, tiveram excelentes resultados agora na Póvoa do Varzim numa disputa a norte, foram premiados muitos dos nossos jovens e isso enche-nos de orgulho, mas como tudo querem mais. Querem mais meios técnicos, mais apoios e nós vamos dar, nós vamos dar, porque achamos que esta parceria funciona bem com a CERCIAZ. A Senhora Vereador Gracinda Leal, tem acompanhado isto de forma permanente, já me veio apresentar planos, já me veio como sempre, como deve ser, com a questão do impacto financeiro e nós muito brevemente teremos novidades relativamente a essa matéria. Mas a coisa está a funcionar bem, vamos pô-la a funcionar melhor, é o desejo de todos. Deixe-me só dizer-lhe outra coisa, que é a questão dos transportes. É uma situação que também está ultrapassada porque é muito difícil de conciliar, porque também não podemos ter uma viatura e um funcionário só afeto aquela situação, portanto, nós vamos dar resposta a isso. Há a questão técnica, também é muito importante o apoio técnico, felizmente tem havido mais praticantes e o haver mais praticantes também é preciso depois o acompanhamento como vocês sabem. Nós temos tudo identificado e como lhe disse muito brevemente traremos aqui resposta muito positiva relativamente a essa situação. Também perguntou, quem é que do ponto de vista operacional tratava dos assuntos, se era o Desporto, se era a Ação Social. É a Senhora Vereadora Gracinda Leal, aliás a exemplo daquilo que fazem as outras Câmaras Municipais, sendo que é naturalmente uma modalidade desportiva, mas normalmente é a Divisão da Ação Social que acompanha, tem feito bem e a coisa está a correr bem. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto para dizer: Então se me permite, eu penso que acrescentaria aqui a esta discussão e já disse isto, porque tenho muito respeito pelos técnicos que acompanham estes processos, é o trabalho deles e é muito importante que esse trabalho seja bem feito, mas há aqui alguma necessidade de articulação, particularmente, no que diz respeito ao transporte de alguns atletas que estão mais longe. E estou a falar, não é por ser o Bruno Ribeiro, o Bruno Ribeiro é um atleta que foi medalhado agora no dia 7 de dezembro na Póvoa do Varzim e foram vários, mas ele foi um dos medalhados em pares do BC3, do Boccia 3, e ele tem um conjunto de dias de treinos agora na interrupção. Os serviços de transportes são efetuados durante a escola mas, durante a interrupção, há, digamos, uma paragem desses serviços e de facto houve aqui uma ligeira desarticulação de forma a que este

jovem não tem possibilidades de nos dias 20, 23, 27 e 30 fazer treinos. Ele vai ter competição em fevereiro, ele disse-me e isto estou a dizer honestamente. Uma vez que referiu isso, eu queria só dizer o seguinte: será possível, porque ele já tem estes treinos ajustados com o treinador que o está a acompanhar, será possível, de facto, assegurar o transporte a este jovem nestes dias? É que era importante. É que esta dificuldade está a existir, portanto, sendo ele, de facto, uma das promessas grandes que o Município deve apoiar, tem apoiado e deve continuar a apoiar, se é possível de facto assegurar nestes dias o transporte? Seria bom. Seria importante, porque neste momento parece estar, pelo menos daquilo que ele me transmitiu, com muitas dificuldades para se poder assumir este serviço de transportes. Sabemos que é muito próximo, estamos a falar de dia 20 que é segunda-feira, mas se fosse possível nestes dois dias, entre hoje e amanhã, resolver este problema, Senhor Presidente, seria muito importante para este jovem, porque ele vê-se impedido porque não tem possibilidades, os pais têm muitas dificuldades económicas e obviamente as dificuldades, ele vive a cerca de 12 km de Oliveira de Azeméis, era muito importante que isso seja assegurado. O Senhor Presidente disse: Sendo uma questão concreta, eu tenho que ver, mas hoje mesmo vamos ver se há possibilidades ou não. O que pode haver é com se calhar há férias escolares, se calhar pode haver dias a gozar do funcionário que faz isso. Deixe-me ver e depois lhe darei boa nota disso. Agora, se estiver ao nosso alcance, seguramente que vai ser feito. O Senhor Vereador também falou na questão do PIC, de Macinhata da Seixa, das futuras instalações do PIC. Acontece o seguinte: aquele espaço é um espaço de excelência, tem uma vista fabulosa, porque a gente consegue ver a ria e o mar. A Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis agora na preparação, não é a junta de Freguesia de Oliveira, peço desculpa, esta terminologia é sempre complicada União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, na preparação do Orçamento falaram na possibilidade de naquele terreno de uma forma provisória, até porque como sabe os novos fundos comunitários têm muitas coisas para inovação e conhecimento, mas ainda não está decidido, não estão os programas abertos, como lhe disse só a partir do mês de Junho de 2014, pelo menos a expectativa é essa que o Grupo Musical Macinhatense, que é o promotor, possa candidatar-se ou não, e a opção é do grupo relativamente a essa matéria. O Professor Isidro Figueiredo esteve lá agora recentemente no jantar de Natal. Mas o que a União das Freguesias me falou é, transformar aquele espaço e acho que de alguma forma vai de encontro às suas expectativas que é, aquele espaço tal como está, futuras instalações, é o que está, não é, mas procurar transformar aquele espaço numa zona de lazer provisória, ou seja, fazer um espaço de transição. Eu julgo que é uma boa ideia e eu, naturalmente, falei na questão da afetação dos recursos financeiros, mas a Junta mostrou muita disponibilidade em poder intervir naquele espaço, tem que trabalhar com o Grupo Musical Macinhatense e conosco e, portanto, poderá ali nascer, como eu disse, provisoriamente porque depende, imagine que a candidatura do Polo de Inovação e Cultura, até mete Universidades, Universidade Minho e Universidade de Aveiro, é aprovada, entre uma candidatura aprovada e o início de obra, como sabe há aqui um período de tempo e, portanto, se aquele espaço puder ter outra utilidade, acho que ficamos todos

satisfeitos. Portanto, queria-lhe também dar essa nota. Quanto à questão que foi sugerida pelo Senhor Vereador Pedro Marques do voto de louvor ao Senhor Valdemar Oliveira Correia, acho que não há discussão, acho que todos estamos de acordo relativamente a essa matéria, uma vida dedicada à formação e à cidadania e portanto acho que podemos considerar. O Senhor Vereador Joaquim Jorge ao falar na questão do Parque do Cercal, na sequência até da intervenção do Professor Isidro Figueiredo, é evidente que eu próprio fiz questão de o fazer e o Senhor Vereador ouviu, referência mais do que justa quer ao Senhor Ângelo Azevedo e ao Senhor Ápio Assunção. O Senhor Ângelo Azevedo enquanto Presidente da Câmara na decisão da aquisição dos terrenos da Quinta do Comandante, um processo que não foi nada fácil, por acaso o Senhor Ápio que era Vice-presidente, e o Senhor Ângelo também já no terreno liderou essas negociações e depois concretizou-as enquanto Presidente da Câmara. A Professora Helena Nazaré, que depois até levou aquele incidente protocolar que o Senhor Reitor, o Professor Manuel Assunção, se tinha esquecido, bem, eu quero vós dizer o seguinte: Nós aqui às vezes esquecemo-nos disto ou daquilo, mas compreendemos, nos meios académicos, é uma coisa impressionante não fazer uma referência a um Reitor ou a um anterior Reitor, vocês não imaginam. As sensibilidades são terríveis e se o Senhor Reitor não tivesse lá ido dizer aquilo, depois, no final, da Professora Helena Nazaré, passou-lhe completamente, ele depois confessou-me que de todos, a única que é minha amiga pessoal, que vai comer a minha casa e que eu como em casa dela, é a Professora Helena Nazaré, deve ter sido por isso. A Professora tinha dito que vinha mas, infelizmente, acho que o marido está doente, ela depois disse que não tinha possibilidades de vir que tinha que tomar conta do senhor que estava em casa e que tinha tido uma recaída, não sei que doença é, mas foi pena que ela não viesse, porque ela hoje ocupa um cargo internacional no âmbito das Universidades, um cargo europeu julgo eu, mas naturalmente que a decisão foi dela, sendo que, o Professor Júlio Pedrosa também iniciou o processo, ou seja, a referência quando é feita ao Senhor Ângelo Azevedo também tem que ser feita ao Reitor da altura, ao Júlio Pedrosa, e depois também, se calhar, ao Ministro Pedro Lince que lançou a escola, que pôs a escola no Diário da República. Há aqui uma série de coisas. mas julgo que conseguimos, atendendo também às circunstâncias da data, como eu vos aqui disse foi a questão de aproveitar alguma insistência da Universidade, dos 40 anos da Universidade e incluir a inauguração da escola. Agora estamos na fase, do equipamento, da transferência do equipamento, dos laboratórios, das oficinas, das salas de aula. A Universidade tem uma candidatura à parte, eu também julgo que na altura vos falei na questão do equipamento da escola e é vontade da Universidade. Às vezes, quando se fala, já saiu duas vezes e até já gerou alguma confusão, quando se fala no segundo semestre as pessoas pensam que é em junho, não, é o segundo semestre de aulas, ou seja, é janeiro/ fevereiro e isso também foi sempre assumido com a Universidade de não o querer fazer a meio do semestre, do primeiro semestre letivo e sim no segundo. Uma nota que eu gostava de dar, porque foi muito importante, é um processo que todos nós temos orgulho, naturalmente, mas foi um processo, é minha opinião pessoal, mas acho que vocês todos me acompanham também nesta opinião, uma das vantagens que nós tivemos,

relativamente a outros municípios na altura da instalação e da discussão onde ficaria este investimento estratégico, foi o consenso político que nós conseguimos criar. Eu queria aqui enaltecer isso, porque foi em sede de Assembleia Municipal, depois em Câmara Municipal, depois até as próprias estruturas partidárias mais representativas e, portanto, foi muito importante nós nunca vacilarmos e termos tido sempre aqui uma união e uma concertação de posições muito interessantes. O acesso, a vontade é que haja um acesso novo ao IC2, Senhor Vereador Joaquim Jorge. A Proteção Civil, os Bombeiros, a GNR estiveram no local, houve ali sugestões, p Senhor Vereador Hélder Simões lembra-se que falou aqui naquela caixa que estava num sítio e depois foi deslocada para outro, não sendo o sítio ideal era melhor do que onde a EDP a queria pôr, a GNR esteve no local, os Bombeiros fizeram sugestões, a GNR também, portanto, eu acho que nós vamos ter que, também, ou ali, colocar para além de sinalização vertical, tentar ver como vamos resolver, porque aquilo é uma via que normalmente se anda a grande velocidade e depois quando há acidentes são sempre acidentes complicados, é uma reta e é uma descida. Mas, como disse, o acesso, o principal acesso é ao IC2, esperemos que isso possa ser feito rapidamente, até para, também, resolver o problema lá da zona das Mangas, nomeadamente, aquele cruzamento, minimizar os acidentes que lá têm ocorrido e, portanto, poder-se pensar ali numa solução integrada. Senhor Vereador, quanto à questão que colocou sobre o funcionário José da Silva Oliveira, vamos lá ver: nós estamos num processo, como disse, nós temos seis meses para com as Juntas de Freguesia fazermos os protocolos de delegação de competências, de transferências de recursos humanos e como já viram e os Senhores são atentos aquilo que se passa na vida política, não só em Oliveira de Azeméis mas no país todo, já viram que está a haver muita controvérsia relativamente a essa matéria. Nós às vezes podemos ter boas ideias, mas depois ou não conseguimos enquadrar as nossas ideias na legislação em vigor ou vice-versa. Veja-se aquilo que o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa António Costa está a passar neste momento, que passou os funcionários todos para as Juntas e agora as Juntas não querem, algumas Juntas não querem e portanto já está uma polémica instalada sobre isso. Nós, ontem mesmo, tivemos uma ação de formação com os Senhores Presidentes de Junta e com os Senhores funcionários das Juntas, funcionários administrativos. Tivemos depois, conseguiu-se conciliar a passagem do encerramento do Senhor Secretário de Estado que naturalmente que partilhamos algumas preocupações, porque queremos também aqui estar na linha da frente naquilo que são as transferências de competências e delegação de competências para as Juntas de Freguesia e uma delas é os Recursos Humanos. Senhor Vereador, não há rigorosamente nada por de trás da transferência desse funcionário, foi o Senhor Vereador Ricardo Tavares, Senhor Vice-presidente, que na altura tratou da proposta de reafecção do seu serviço, até esteve no Pinheiro da Bemposta a trabalhar na montagem e desmontagem de barracas, até porque houve lá uma situação em que o inverno não deixou fazer a “Mostra” que o Senhor Armindo queria fazer e, portanto, nós chegámos a montar as barracas em condições climatéricas muito adversas, mas depois choveu tanto no dia da iniciativa que a Junta de Freguesia decidiu cancela-la. Depois colocou-se aqui a questão do Natal, também a

colocação de uma série de barracas, de montagens e desmontagem. Mas deixe-me dizer, eu não sei quando é que foi a última vez que falou com o funcionário, porque pode haver aí já uma alteração, eu posso-lhe dizer que eu tenho neste momento, formalmente feito, um pedido de uma Junta de Freguesia, diferente daquela onde o Senhor José Oliveira Silva estava, a solicitar os seus serviços e na carta diz “já falei com o funcionário e ele está disponível”, não há aqui nada. Sabe que eu nestas coisas procuro sempre me informar e aquilo que foi dito ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares e aí o Senhor pode confirmar com o funcionário, eu já percebi que tem linha direta com o funcionário, o Senhor Eng.º Luís Arede, na ausência do Eng.º Castanheira e do Eng.º Abílio, foi quem falou com a pessoa, é a informação que eu tenho. Está a ver, Eng.º Luís Arede falou porque era o responsável máximo e que explicou “agora você vai para ali, por causa disto e por causa daquilo”. Eu nem sequer conheço o funcionário, nunca o vi nem mais gordo nem mais magro, não faço a mais pequena ideia. Agora, é preciso naturalmente como tudo dar uma explicação, não se mudam as pessoas por dar cá aquela palha e o que me foi dito foi que o Eng.º Luís Arede tinha explicado ao Senhor essa situação. Como é uma coisa que o Senhor Vereador aqui falou, eu naturalmente procuro acompanhar isso e reparei que era esse o nome que neste momento já era pretendido por outra Junta de Freguesia e que diz “de acordo com conversa mantida com o cidadão em causa”. Também não pode ser de forma avulsa, certo? Eu percebo que às vezes pode parecer ser mais fácil resolver o assunto, mas não é, eu vou dar-lhe um exemplo de um processo de concessão das águas e temos funcionários que vão passar para a Indaqua e temos outros funcionários que não vão passar para a Indaqua; há funcionários que querem passar; há funcionários que a Indaqua quer; há funcionários que não querem passar e há funcionários que a Indaqua não quer e nós temos que, naturalmente, dentro da mobilidade afetar esses funcionários quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista operacional e a minha sugestão é que eles vão para as Juntas de Freguesia como disse, mas enquadrados num conjunto de competências para fazer face ao trabalho das Juntas de Freguesia. Quanto à questão das contas, cá estaremos para discutir as contas, elas não estão fechadas, não vamos antecipar a discussão das contas. Muitas vezes as coisas que são publicadas em termos infomail e essas coisas, estamos a falar de documentos previsionais. Repare o mesmo infomail foi distribuído com o Cercal já inaugurado e não diz que o Cercal está inaugurado, se o Senhor for ver, diz “Cercal quase pronto”, porquê? Porque aquilo como o Senhor imagina foi preparado há muito tempo e por vezes há aqui situações que não batem certo, mas o que conta são os documentos que nós aqui discutimos, aprovamos e, portanto, não vamos antecipar essa discussão. Quanto aos asfaltamentos, também lhe vou dar essa nota dos asfaltamentos, já lhe disse a questão do ajuste direto, vocês têm essa relação que foi feita e depois também outras situação que foram feitas de acordo com as Juntas de Freguesia. Senhor Vereador, vai ver que na questão das contas, não é por aí, não é nos asfaltamentos, não é isso que desequilibra as contas, se eventualmente elas estiverem desequilibradas, mas não vamos antecipar essa discussão. A questão do CDC foi dito e eu já tive até oportunidade até de falar com o Senhor Presidente da direção do clube, o nosso

compromisso é até ao final de 2013 da questão dos cinquenta mil euros (50.000,00€), nós procuramos ajudar de alguma forma para fazer face a alguma pressão de alguns fornecedores e entregamos um cheque ao clube no valor de quatro mil e quinhentos euros (4.500,00€) e eu vou procurar até ao final desta semana poder arranjar mais alguma coisa, independentemente da questão dos cinquenta mil (50.000) e procurar cumprir também com a questão dos cinquenta mil (50.000€) até 2013. Entroncava também aqui na questão da candidatura, como sabem e o Senhor Vereador é dirigente do clube sabe perfeitamente disso, portanto, há uma candidatura em curso, nós estamos a procurar ajudar no sentido que essa candidatura possa também de alguma forma para além da melhoria que provoca aliviar alguma pressão mas, as candidaturas têm depois os problemas das contrapartidas, das nossas contrapartidas, da nossa percentagem, mas eu julgo que isto vai ter um bom desfecho e que vai correr bem. Quanto à questão da requalificação urbana, das pequenas coisas que o Senhor Vereador falou, são pequenas coisas, mas são significativas, naturalmente, importa termos sempre uma atenção. Posso-lhe dizer que já foi pedido o orçamento para intervenção na zona do Largo da Republica, aquela zona das lajetas que estão umas deterioradas, outras mais soltas, mais inclinadas. Nós aí, Senhor Vereador, temos um problema que vamos ter muito seriamente que resolver e era importante que pudéssemos ter soluções de convergência, até porque o Senhor Vereador também anda na rua, também fala com os comerciantes e fala com as pessoas e tem visto o que é que tem acontecido nas últimas reuniões, quer públicas de câmara, quer em assembleia municipal, onde são vários os oliveirenses que vão lá e dizem, alguns até com sotaque “é rua pedonal, ou não é rua pedonal? “é para haver carros, ou não é para haver carros?” e não deixa de ser interessante quando andamos na rua e, casualmente, temos a discussão comerciante defende uma coisa e o comerciante ao lado defende rigorosamente o seu oposto e compete-nos anos decidir. Isto tem a ver com uma situação, o Professor Isidro é testemunha viva de uma passagem pela rua pedonal, minha e dele, e onde fomos abordados por duas pessoas a dizer “olhe esta coisa que aqui fizeram, não está bem-feita e não sei quê” e não deixa de ser curioso e a senhora depois dizia assim “realmente, isto é muito difícil. E, sem ser convidados, vêm dois populares em momentos diferentes a dizer “Senhor Presidente, bem-haja por isto que fez, isto está fantástico, osto já devia ter sido feito há três anos” e a senhora que estava protestar por aquilo estar feito, diz-me assim “olhe já nem vou dizer nada, porque isto realmente é muito complicado, porque eu sou contra, mas agora já percebi que há gente que é a favor.” Isto para dizer o quê? Neste momento naquela zona há carros a mais e aquele espaço está deteriorado por causa dos carros, foi o levantamento que foi feito pelos nossos serviços técnicos, carros, alguns até pesados, alguns até que vão à Câmara fazer cargas e descargas. Há falta de cuidado. E depois vai haver aqui uma situação que é o seguinte: quando aquele ponto for intervencionado e eu espero que seja brevemente, vai ser absolutamente impossível lá circular e, portanto, tem que se criar uma alternativa da parte de cima das finanças, para um caso de emergência, para uma ambulância. O Senhor Vereador falou das lajetas em frente à Roseira, as lajetas em frente à Roseira têm uma história, é que elas foram arranjadas e o empreiteiro que as

arranjou disse “não pode lá passar carro nenhum” e deixou lá as grades, porque aquilo precisa de tempo para sustentar, eu não percebo nada disto, eu não percebo nada do assunto, em frente à Roseira tiraram essas grades e passado um dia os carros passaram lá por cima e deram cabo daquilo tudo. O que é que aconteceu? A nossa garantia foi-se, porque a garantia era “não podia lá passar carro nenhum” e o empreiteiro assumiu isso. Aqui é diferente, vai ser um ajuste direto, não vai ser uma intervenção de grande custo, mas o empreiteiro já disse “atenção, quando aquilo for intervencionado ninguém lá pode passar” e nós sabemos que se lá pormos uma grade vem à noite ou de dia, ou não sei quem, um fulano exaltado e, portanto, vai ter que ser uma coisa que se calhar vamos ter que lá pôr autoridades, GNR, ou alguma coisa para não deixar lá passar ninguém mesmo, porque senão faz-se a intervenção e ela passado meio ano já está outra vez as lajes desequilibradas pelo peso que passou quando não podia passar. Mas é como lhe disse, isto está já em fase de análise para avançarmos, porque aquilo para além de ser perigoso está feio e é perigoso, porque as pessoas tropeçam e também já vi ali gente a cair e eu próprio e qualquer um de nós que vá ali mais distraído, que vá ao telefone, pode dar ali um malho grande e pode-se aleijar e nós não queremos nada disso. Tomei boa nota também das questões das soluções a encontrar para vários espaços nossos. Só dar-lhe nota que, a questão do Milénio ainda não está totalmente resolvida, porque a PREGAIA, julgo que é a empresa que está a fazer o serviço, atrasou-se um bocadinho e pediu-nos e nós também é daquelas coisas, já esperamos tanto tempo que se formos um bocadinho compreensivos também com a própria empresa depois se calhar no fim podemos pedir um desconto do que se não formos compreensivos e o próprio Paulo Neves está a acompanhar a situação e já se deslocou ao local várias vezes e portanto nós vamos ter um desfecho positivo para isso, felizmente, já demorou muito tempo mas isso deverá estar brevemente resolvido. Quanto à questão da Senhora Vereadora Ana de Jesus, eu concordo em absoluto com a questão das valas que se abrem têm de se fechar. Estamos de acordo e sabemos que isso não acontece muitas vezes e depois demora muito tempo. Nós estamos fartos de dizer aos serviços “abre vala, fecha vala”, a ficha de obra assim diz, a ficha de obra tem um espaço para dizer quando é que fecha, mas depois às vezes há aquelas coisas, se a vala for mais funda é preciso ganhar resistência, músculo e não sei quê, ,as depois o músculo serve para muita coisa e vai ficando, vai ficando, depois mete-se outras coisas. Mas tem toda a razão, eu pedi aos Senhores Presidentes de Junta e em final de mandato todos eles me apresentaram uma listagem de valas e procurou-se tapar muita coisa no final do mandato, naquele último mês. Algumas que já foram abertas depois e precisam também de serem fechadas, mas a ideia é que não fique nada pendente, depois de abrir têm um tempo para fechar e não continuarem abertas. Quanto á questão que falou dos silvados, das propriedades particulares, que depois invadem os passeios, uma das competências que aliás ontem até nos nossos doze presidentes de Junta, onze, porque o Senhor Presidente de Nogueira do Cravo/Pindelo não pode estar, mas uma das matérias que mais discussão deu foi esta questão, porque na nova legislação essa matéria aponta às juntas de freguesia. Agora lá está se as juntas de freguesia não tiverem meios como é que vão resolver? Aponta, a questão da fiscalização e a questão das limpezas e depois a

denúncia de situações vem para a Câmara Municipal e depois segue aí o processo hierárquico, portanto parte das Juntas de Freguesia. Como lá está, no nosso município, tirando a União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, a questão dos arrumadores, também está na lei que os arrumadores passam para as Juntas de Freguesia, isto faz sentido para Lisboa, Porto Coimbra, Aveiro grandes cidades, portanto, é uma coisa de proximidade, que a Junta de Freguesia faça isso. Dizer agora aos Presidentes das Juntas de Freguesia de Oliveira de Azeméis, vocês agora vão tratar dos arrumadores, eles não têm arrumadores, mas a lei como vocês sabem é feita de forma abstrata. Mas esta matéria foi ontem bastante dissecada, a questão das silvas e da invasão de espaços públicos e das responsabilidades das Juntas de Freguesia. Nós vamos ter até abril de fechar esse dossier, com as nossas Juntas e, conforme disse, acho que estamos todos de acordo, todos somos favoráveis à descentralização. Agora, não vamos passar competências para as Juntas se não lhes passarmos, quer dinheiro, nem recursos humanos nem equipamentos, senão ficam com as competências e depois não podem fazer nada. Quanto ao edifício municipal, este vai ser alvo de uma intervenção no teto, no telhado e vai ser uma intervenção que se calhar o terceiro andar do edifício tem de ser desativado temporariamente para se poder trabalhar, há infiltrações de água, tem a ver com a idade, há aquela claraboia bonita, mas como sabem as claraboias têm sempre problemas. Os nossos serviços técnicos estão a acabar um relatório e vão ter que mo apresentar. É verdade quando a Senhora diz “também não é caro pintar, podia-se pintar”, é verdade, concordo consigo, mas se se vai mexer, se calhar quando mexer no telhado e no teto pinta-se. Eu concordo, eu também gostava de ver aquilo pintado e, já agora, dizer-lhe, a sua abordagem é replicada por muita gente que anda rua e chega ali à porta e diz “Senhor Presidente, então, não pinta isto, está feio devia pintar.” Eu, sinceramente, concordo com as pessoas, mas vamos esperar por outros dias para podermos fazer isso e nesta caso, outros dias e outra intervenção. Peço desculpa porque me alonguei um bocadinho, mas as questões eram tantas que acho que de alguma forma procurei responder a todas. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias cinco e dezoito do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à votação as atas número 3 e 4, as quais foram aprovadas por unanimidade. =====*

===== EDUCAÇÃO =====

===== APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS (PROGRAMA AVES) (I/99384/2013); Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância para a comunidade escolar do Programa AVES “Avaliação Externa de Escolas”, como instrumento de avaliação externa de escolas articulando-se com a Auto-avaliação das Escolas; - Que os Municípios dispõem de atribuições, designadamente no domínio da educação, cultura e promoção do desenvolvimento (alínea d), e) e m) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais); - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências, devem, designadamente: assegurar o princípio da cooperação, proponho: - Ao abrigo da alínea r) e u) do n.º 1 do art.º 33º conjugado com a alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de Protocolo de Cooperação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com os Agrupamentos de Escolas; - correspondendo aos números de compromisso de fundo disponível 4630, 4631, 4632, 4633 e 4634 de 2013. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” No uso da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: É um programa que tem sido implementado em várias escolas deste país e também assumido por alguns municípios no que diz respeito à sua implementação. Pretende ser mais um instrumento para os agrupamentos de escolas, no sentido de fazerem a autoavaliação da escola e portanto acompanhar todo o processo educativo e o valor que eventualmente a escola acrescenta aos alunos. Convém sublinhar que, por exemplo, é feito uma análise e um estudo de todos os fatores que intervêm no processo avaliativo, mas é feito globalmente, mas também aluno a aluno e nalguns casos verifica-se que a escola não acrescenta valor ao aluno e quando isso acontece naturalmente têm que ser tomadas as medidas correspondentes a essa análise que é feita e que poderá implicar medidas de reforço em algumas das dinâmicas do processo avaliativo. Isto tem várias fases, é aplicado por ciclos e, portanto, é mais um instrumento de garantia de qualidade dos nossos agrupamentos de escolas a que o Município de Oliveira de Azeméis se associa nesta proposta que apresento, participando nos custos que a sua implementação implica. Também a produção de relatórios que são feitos serão remetidos à Câmara Municipal de modo a poder acompanhar tudo aquilo que se passa do ponto de vista da avaliação externa de escolas nos diferentes agrupamentos. Seguidamente usou da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto para dizer: Senhor Presidente, é óbvio que esta é uma matéria que é importante para as escolas, naturalmente e há um contexto local que é importante apurar, já foi visto em função dos rankings nacionais que as nossas escolas nacionais têm de facto uma posição que é positiva, embora haja diferenças também em termos de escolas e tem havido algumas diferenças ao longo dos anos. Este programa é um programa que é dinamizado pela Fundação Manuel Leão e eu perguntava se, de facto, há alguma participação possível em termos de Ministério da

Educação ou se é o Município que assume este compromisso, que está a assumir este compromisso com cada um dos estabelecimentos, ou se há alguma participação e se houver em que montantes. Usando da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo esclareceu: Isto foi um processo também negociado até porque, por exemplo, o Agrupamento de Escolas Soares de Basto estava dividido em dois, porque tinha a Escola Bento Carqueja e a Escola Soares de Basto. Conseguimos ultrapassar isso, no sentido em que fosse considerado um só agrupamento e é e o custo que é cobrado anualmente a cada um dos Agrupamentos é de mil seiscentos e cinquenta euros (1.650,00€) e, portanto, nós participamos cerca de 50%. Evidentemente se for por uma contratualização de serviços, as Escolas terão que pagar mais o IVA. Eu sei que há Municípios que participam na totalidade, nós entendemos que o esforço deve ser repartido e, portanto, também de uma forma a implicar a própria escola, ou o agrupamento de escolas e, numa base de negociação de que só fazia sentido se estivessem todos envolvidos, todos agrupamentos estarem envolvidos e estão de facto. Portanto, são estes os custos implicados com a implementação deste programa. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE PRÉ-ESCOLAR – APROVAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS (I/100171/2013):

Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em conformidade com o Acordo de Cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar, o Município de Oliveira de Azeméis enviou para a Direção Regional de Educação, os dados necessários à respetiva atualização anual visando a elaboração e assinatura do protocolo a vigorar durante o ano letivo 2013/2014; - Os documentos remetidos encontram-se em análise pelos serviços competentes da DREN, não sendo previsível a data da sua aprovação nem da assinatura da renovação anual do protocolo; - Que se torna premente garantir o funcionamento dos diversos serviços da Componente de Apoio à Família, nomeadamente os que foram delegados pelo Município nas Juntas de Freguesia através de protocolos de delegação de competências, proponho: - A transferência de verbas mensais devidas às entidades que estabeleceram com o Município protocolos para a execução do serviço de apoio à família no Ensino Pré-Escolar, entre Setembro de 2013 e Julho de 2014, podendo os mesmos serem revistos à luz do novo enquadramento legal, sem prejuízo de se manter os seus efeitos retroagidos ao ano letivo 2013/2014, convalidando-se todos os atos e pagamentos/transferências que ocorreram; - Que quaisquer alterações introduzidas posteriormente pela DREN, ou ajustamentos que se tornem necessários, venham a ser introduzidos a seu tempo, de acordo com as indicações e regulamentação supervenientes; - O pagamento dos valores indicados às entidades constantes da lista, a que corresponde um valor mensal de 18.471,82 €; - Que se remeta à Assembleia Municipal para a respetiva autorização de assunção de compromissos plurianuais daqui resultantes.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REVOGAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE S. TIAGO DE RIBA-UL (I/101892/2013)**: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 3 de Outubro de 2005, foi celebrado protocolo entre o Município e a freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, pelo qual esta cedeu a utilização do imóvel sito em Senhor da Campa, Aguincheira, inscrito na matriz urbana sob o artigo 437, para aí funcionar o Jardim-de- infância da Igreja, ATL e OTL; - Que o Jardim-de-infância encerrou neste ano letivo, proponho: - A revogação do citado protocolo, com efeitos a 1 de Outubro do ano corrente; - Que posteriormente se comunique à União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (I/99243/2013)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a igualdade entre homens e mulheres é um dos princípios da Constituição da República Portuguesa (art.º13º), sendo a sua promoção uma das tarefas fundamentais do Estado (art.º 9.º), e especificamente uma responsabilidade cometida à Administração Pública; - O papel essencial da Administração Local na eliminação de tais desigualdades e discriminações, pela sua relação de proximidade com as populações que serve, integrando a perspectiva da igualdade de género de modo transversal a todas as áreas de intervenção política e pública a nível local; - “A igualdade das mulheres e dos homens é um direito fundamental para todos e todas, constituindo um valor capital para a democracia. A fim de ser completamente conseguido, não é suficiente que este direito esteja legalmente reconhecido, sendo necessário o seu efetivo exercício em todos os aspetos da vida: política, económica, social e cultural” (Carta Europeia para a Igualdade das mulheres e dos homens na vida local); - A constituição de um grupo de trabalho interno e interdisciplinar com vista a implementar o Projeto de Igualdade de Género e Responsabilidade Social, mais concretamente uma cultura organizacional igualitária e de responsabilidade social (procedendo ao levantamento, diagnóstico, elaboração de plano de ações e concretização de medidas/práticas de integração da dimensão de género ao nível da autarquia e organizações da Rede Social); - Que em 24 de outubro do ano corrente, se comemorou o Dia Municipal para a Igualdade; - A importância crescente da promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, face à atual situação económica e social do país e mais concretamente das famílias e medidas severas de austeridade a que estão sujeitas, devendo dar-se prioridade à criação de condições de paridade na harmonização das responsabilidades profissionais e familiares, bem como prevenir a violência de género (incluindo a violência doméstica), e combate a todas as formas de discriminação; - Que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes

domínios: educação, ação social, promoção do desenvolvimento, cooperação externa (alínea d), h), m) e p) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro (Novo RJAL); - Que compete à Câmara Municipal “Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a Igualdade (alínea q), do n.º1 do art.º 33º da mesma lei); - Que o Plano Municipal para a Igualdade de Género enquadra-se no IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2011-2013 (Área Estratégica 1 – Integração da Dimensão de Género na Administração Pública Central e Local), sendo este um instrumento de políticas públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, proponho: - A aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, em conformidade com a alínea k) do n.º1, do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei n.º75/2013; - Que se remeta à Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1, alínea k) do n.º2 do art.º 25º conjugado com a alínea a) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I, do mesmo diploma atrás citado.” O Senhor Presidente disse: Eu já tive o prazer de ontem ouvir a Senhora Vereadora Gracinda Leal a apresentar um conjunto de questões fundamentais deste Plano. Eu tive a oportunidade de dizer que, importa ter Planos naturalmente, fazer diagnósticos mas, depois importa também ter condições para os executar. Pelo que eu tive oportunidade de ouvir ontem naquela sessão quer a Dra. Rosa Oliveira da Comissão para a Igualdade de Género, quer o responsável pelo Centro Europe Direct do Porto traçaram largos elogios ao Plano, mas agora é a oportunidade da Senhora Vereadora o partilhar aqui com os seus colegas e poderemos depois proceder à sua aprovação. Usando da palavra a Vereadora Dra. Gracinda disse: Basicamente dizer que o seminário de ontem foi dois em um, porque fizemos o encerramento do Ano Europeu dos Cidadãos com a apresentação dos resultados e também com a apresentação do Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social que vem na sequência da nossa candidatura que foi elaborada no âmbito da Medida 7.2 do POPH, no sentido de então termos também o Plano Municipal para a Igualdade e uma vez que também a Lei n.º 75/2013 transfere também para as autarquias o princípio para assegurar esse princípio de igualdade nas suas ações. Muito resumidamente, porque vocês têm o Plano, resumidamente queria-vos só dizer que o Plano resulta também de algumas etapas preparatórias: uma delas, a principal, que foi o diagnóstico à organização. O nosso Plano também tem vertente forte externa, isto é, nós não quisemos unicamente abordar esta questão só na nossa organização, mas chamamos também aqui os parceiros e as parcerias da Rede Social e também o tecido empresarial. Então dizer-vos muito resumidamente que: Na vertente interna, nós temos três áreas de intervenção prioritárias que é: O Planeamento Estratégico; os Recursos Humanos e a Comunicação e nesta vertente interna o Plano contempla vinte e seis medidas, vinte e seis medidas que vão ser implementadas ao longo de três anos, entre 2014 e 2016: dezoito na área dos recursos humanos, quatro no planeamento estratégico e quatro na comunicação. Na vertente externa temos treze medidas que abrangem seis domínios diferentes: quatro medidas, no domínio das organizações da sociedade civil e empresas; duas medidas na área do ambiente;

uma na educação; uma na cultura, desporto e tempos livres; duas no emprego e formação profissional e três na solidariedade. Não vou aqui estar a explicar as medidas. É um Plano, um Plano que é o caminho para uma sensibilização que aproxime internamente os trabalhadores e as trabalhadoras, mas também que aproxime a organização da comunidade, que acho que também é fundamental. Tem também uma inovação o nosso Plano, uma vez que em 2011 assinamos a Carta de Adesão à Rede de Responsabilidade Social e que um dos princípios é este da Igualdade de Género e da Cidadania, também no nosso Plano temos esta vertente da Responsabilidade Social e vamos tentar com a ajuda de todas as pessoas, que o Plano não fique só no papel e que seja realmente uma realidade e o princípio de um caminho de aproximação para uma sociedade mais igualitária e mais justa. Seguidamente usou da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge para dizer: Na sequência da intervenção da Dra. Gracinda Leal, basicamente este Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social só pode mesmo ser entendido como um caminho, como o início de caminho a trilhar, tanto é que quando vemos este Plano e olhamos para esta questão da componente interna percebemos que existem plasmados nessas medidas que aí fala um conjunto de coisas que são absolutamente normais, por exemplo: espaço convívio ou para refeições no Município de Oliveira de Azeméis; o procedimento de queixa e proteção por questões de assédio que são questões legais e, portanto, já existem; um gabinete de atendimento psicossocial; serviço de apoio às famílias dos trabalhadores do município, ou seja, Serviços Sociais do Pessoal do Município de Oliveira de Azeméis, outras coisas que são, enfim, algumas coisas que são um pouco mais estranhas e mais difíceis de perceber esta questão da equidade da participação nos júris dos procedimentos concursais. Não percebo realmente que evolução é que isto significa em termos de responsabilidade social ou igualdade de género, não percebo porque é que num júri de concurso temos que ter tantos homens como mulheres, ou temos que ter mais mulheres que homens, não me parece que isso faça qualquer sentido. Num concurso devem estar pessoas com competência para analisar a matéria em apreço sejam eles todos homens, ou sejam eles todos mulheres. Mas, objetivamente, aquilo que eu acho que é realmente importante e essa é uma nota positiva, foi a autarquia ter pensado também na questão da componente externa e ter envolvido não só os trabalhadores do município na elaboração do Plano, mas também essas entidades parceiras, as associações e as coletividades e também as empresas como acabou de dizer. Obviamente que, com todo o respeito pelo trabalho que foi feito, sente-se que é um trabalho que representa precisamente o início de um caminho, porque o conjunto de medidas que são apontadas nesta componente externa, nesta vertente externa, que tem a ver com a relação com a comunidade, isso é que é importante, porque nós não podemos pensar que podemos implementar um Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social unicamente na esfera do município, porque isso afeta o universo dos funcionários do município e não a população oliveirense. É evidente que nós quando vemos nas múltiplas vertentes que temos aqui da Educação, Solidariedade, Ambiente, Organizações, etc..., temos no caso da Educação por exemplo: - combater a violência no namoro, enfim, isto é muito pouco para um Plano Municipal que quer

intervir, estou a falar disto porque há várias áreas, tem aqui especialistas que conhecem isto muito melhor do que eu no domínio das drogas, da participação cívica dos jovens, etc., que são outras áreas que deviam estar aqui plasmadas. Na questão da solidariedade que é uma área que é extremamente cara à Senhora Vereadora, a redução dos valores de bilhetes de deficientes, isto é uma prática que o Município deve adquirir, não só para os deficientes mas para as famílias carenciadas obviamente e, portanto, digamos que é uma medida que está aqui contemplada, mas que corresponde já a práticas que nós já fazemos. Na questão do ambiente o Plano de Educação Ambiental para a sustentabilidade, isto é princípio que está subjacente a aquilo que são as boas práticas não só nas empresas, mas também nas escolas e, digamos, na sociedade civil. Em termos de Cultura, Desporto e Tempos Livres os workshops para o associativismo no feminino faz-me alguma confusão. Em termos de Organização do relacionamento da Câmara com as sociedades civil e com as empresas e falar numa força de participação das mulheres no empreendedorismo resumir isto a um pequeno-almoço com as mulheres também parece-me ser uma coisa muito pobre, mas compreendo que são passos. Agora, o que é que é importante e foi esta a razão da minha intervenção e foi esta a preocupação do Senhor Presidente da Câmara: é que efetivamente isto é um Plano Municipal, 2014-2016, tem um conjunto de intenções, mas mais uma vez, temos de saber se depois a Câmara tem meios, e não vou referir quais: humanos; financeiros e outros, para implementar este tipo de coisas. Isso é que é fundamental, é nós percebermos e eu nesse estudo não consegui perceber isso. Eu percebo que este estudo cumpriu o seu papel, está aqui, mas não percebo se isto tudo, na vertente externa e na vertente interna, está devidamente assegurado com estes meios que eu falo e que não vou aqui quantificar. Era só. O Senhor Presidente disse: Eu não sei se a Senhora Vereador não vai responder ponto a ponto, vou-lhe dar a palavra, mas deixe-me só dar uma nota que é assim: as vezes os Planos têm um problema, é verdade que o Senhor Vereador vai dizer “está escrito no Plano, mas isso já é feito, já é uma prática”, mas depois se não é colocado no Plano faz uma leitura e diz “então, mas agora já não fazem isto, não colocam isto.” Então o Plano deve ser o mais abrangente possível naturalmente e, portanto, há aí algumas coisas que podem parecer redundâncias e pormenores, mas são importantes estarem escritas até para entidades externas. Este Plano, Senhor Vereador, e o Senhor sabe disto tão bem como eu, que é assim: nós fizemos um trabalho de partir pedra e nesta matéria, aliás a Senhora Dra. Rosa Oliveira, ontem, a frase que ela mais utilizou foi “O caminho faz-se caminhando”, mas eu não tenho dúvidas nenhuma que a partir de hoje, a partir de ontem se calhar e de hoje, quando nós dissermos “temos um Plano de Igualdade”, vai ser mais fácil à próxima Câmara fazer o Plano a seguir, porque pega neste e nós não pegamos em nenhum, até como ontem disse a Senhora há muito poucas Câmaras com este Plano. A Comissão de Igualdade de Género quer fazer que isto exista, são sinais importantes. Agora, nós não podemos deixar de pensar que isto é um Plano e, portanto, que agora, temos que o materializar que é como o Senhor Vereador diz, agora temos que o colocar no terreno, temos que envolver o maior número de pessoas, de associações. Se o Senhor Eng.º Joaquim Jorge abrir o seu saco, nesse livrinho bonito, eu espero que tenha sido a cor laranja a escolhida para

o Senhor Vereador Joaquim Jorge para que ele possa ler o livro, escrever no livro, essas palavras são as palavras essenciais à implementação. Atenção que a cor de laranja, não é nenhuma provocação, é uma cor bonita, vai ter várias cores, Senhora Vereadora Senhora Vereadora. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal para prestar mais esclarecimentos: Começando pela cor, devo dizer-vos que não foi intencional, vão ser de várias cores, eu só disse que uma vez que o nosso Plano tem aquelas cores todas no início, era bom termos estas cores todas nos blocos, portanto saiu esta em primeiro lugar. Então, somente, vou fazer uns breves esclarecimentos no sentido de dizer o seguinte: Este é um caminho que a nível nacional já começou na década de 90, só que já estamos em 2013 e ainda muitos poucos municípios têm o Plano de Igualdade e se nós formos ver na Administração Central então ainda muito menos. Dizer-vos também que a primeira geração dos Planos municipais, começaram por ser única e exclusivamente com a vertente externa e depois a reflexão que foi feita sobre os planos de primeira geração a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género entendeu que um Plano Municipal só com a vertente externa não fazia sentido se a própria organização em termos internos não cumpria esse requisito e assim, então, os novos Planos, se forem ver em várias outras autarquias, vertem para o Plano a questão da organização interna. Temos que ser nós a darmos o exemplo e uma vertente externa muito mais reduzida numa primeira versão do nosso Plano, por isso é que as medidas são muito menores na vertente externa. Por outro lado, nós e mesmo a própria CIG nos disse que a Autarquia até já fazia muita coisa para esta questão da Cidadania e da Igualdade de Género, só que estava tudo avulso, então a própria CIG aconselhou que, nós, no nosso Plano enquadrássemos já tudo o que realmente vamos fazendo pontualmente. Realmente podem pensar que isto é muito pouco, também eu como Conselheira Local para a Igualdade entendo que queria mais, mas também tenho a consciência e responsabilidade de que quando se elabora um Plano eu gosto de o cumprir. E um Plano é exequível se pensarmos em termos do que temos de recursos e foi mediante isso, também uma condicionante, aquilo que está explanado e retratado no Plano, são situações, são medidas que eu garanto-lhes que têm que ser e que temos condições para cumprir. Poderemos vir a cumprir mais, a fazer mais que não estejam aqui no Plano e é essa a minha intenção, sempre que conseguir fazer mais alguma coisa, será então incluído aqui no Plano Municipal, mas com os recursos que tenho e que temos neste momento, penso que temos condições para até 2016 implementar estas medidas e quem sabe fazer mais. Para terminar a discussão deste ponto o Senhor Presidente disse: Muito bem, só dizer que o Plano já está a dar efeitos, porque ontem na Biblioteca eram doze homens e quarenta e cinco mulheres e hoje aqui estão sete homens e cinco mulheres. Ontem era um desequilíbrio brutal, porque as mulheres estavam em maioria. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO A ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/101452/2013): Pela Vereadora Dra.

Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de dezembro de 2013, em conformidade com o quadro abaixo, que integra dos respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	Nº Compromisso de Fundo Disponível
Carlos António Martinho Sousa Azevedo	Cucujães	169 989 739	€ 40	2112	4596
José Carlos Tavares Neves	Cesar	116 682 337	€ 45	2113	4595
Amorosa da Silva Oliveira	S. Roque	139 941 916	€ 80	2114	4594
Benvinda da Silva Costa	O. Azeméis	173 009 336	€ 60	2115	4593
Manuel Joaquim Gomes Silva	Cucujães	171 974 859	€ 45	2116	4592
Olívia Moreira da Silva Rodrigues	Cucujães	174 390 645	€ 27,50	2117	4591
Manuel da Silva Fernandes	Cucujães	132 973 715	€ 45	2118	4590
Maria Carmo Ferreira Machado Soares	O. Azeméis	116 801 352	€ 60	2119	4589
Sónia Maria da Silva Costa Gestosa	S. Tiago de Riba-Ul	210 325 992	€ 100	2120	4588
Benedita Marta de Almeida	S. Roque	201 133 431	€ 52,50	2121	4587
Maria Helena Silva Godinho	Loureiro	133 264 831	€ 25	2122	4586
António Morgado Oliveira	S. Tiago de Riba-Ul	121 632 717	€ 30	2123	4585
Maria Aldina Tavares Correia	Carregosa	136 750 109	€ 87,50	2124	4584
Maria Alice Dias de Oliveira	O. Azeméis	131 931 962	€ 60	2125	4583
Maria da Conceição de Pinho	Cucujães	208 420 525	€ 52,50	2126	4582
Irene de Bastos Pinto	O. Azeméis	101 197 586	€ 67,50	2127	4581
Artur Ferreira Silva	O. Azeméis	172 586 020	€ 35	2129	4580
Florbela Carvalho Silva	Cucujães	197 727 980	€ 60	2130	4579

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/100608/2013):** Pela Vereadora Dra.

Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o apoio: Rosa Maria de Resende Teixeira, Maria Fernanda Pires Silva Costa e Maria Alice da Silva Sequeira, com efeitos a

partir do mês de Dezembro e Maria Rosa Borges da Silva, com efeitos a partir do mês de Novembro, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento do apoio respeitante a este mês; - Por incumprimento verificado no acompanhamento à situação: Bruno Miguel Mesquita e Silva, com efeitos a partir do mês de Dezembro; Angelina Maria Bastos Sá Oliveira e Judite Maria Moreira da Costa, com efeitos a partir do mês de Setembro, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento do apoio respeitante a este mês; António Gomes, com efeitos a partir do mês de Junho, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento do apoio respeitante a este mês; - Deixou de viver em habitação de renda passando a viver com familiares: Maria Aldina Costa Cardoso, com efeitos a partir do mês de Novembro, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento do apoio respeitante a este mês; - Por beneficiar de outra resposta ao nível da habitação: Vera Lúcia Silva Marinho; Américo Oliveira da Cruz, pelo facto do município se ter ausentado do concelho por um longo período de tempo o processo foi suspenso para se efetuar as diligências necessárias ao encerramento do mesmo, com efeitos a partir do mês de Outubro de 2012, pois os cheques emitidos respeitante aos meses de outubro e novembro foram devolvidos e o referente ao mês de dezembro foi creditado na conta do município.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== REALOJAMENTO DE AGREGADOS FAMILIARES NA URBANIZAÇÃO QUINTA DE LACÕES (I/101631/2013): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação em anexo, do Gabinete de Projetos e Ações Sócio Habitacionais, referente aos agregados familiares a realojar na Urbanização Quinta de Lações, no âmbito do Programa Acordos de Colaboração, propõe-se o seguinte: - realojamento dos três agregados familiares propostos: Mónica Isabel de Almeida Brilhante Silva (Bloco 7 – T3), Gabriela Neves Soares (Bloco 7 – T3) e Maria Fernanda Pires Silva Costa (Bloco 4 – T2); - celebração dos respetivos contratos de arrendamento com efeitos a partir de janeiro de 2014, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO =====

===== ALARGAMENTO DIÁRIO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “CAFÉ & ETC.” (I/100591/2013): *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento diário de horário, do estabelecimento*

denominado “Café & Etc.” sito na Rua António Alegria, nº 211 – Oliveira de Azeméis, o qual tem como atividade principal de Café, para a prática do horário das 02.00H até às 04.00H no dia 25/12/2013. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **TARIFÁRIO DE ÁGUA, ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS E TARIFÁRIOS PELA INSTALAÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS PARA 2014 (I/101644/2013)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os valores aprovados e estabelecidos no tarifário, poderão ser atualizados, alterados e revistos anualmente, em qualquer altura, por deliberação do órgão executivo, artigo 124º do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis; - Que a estrutura tarifária do serviço de água, águas residuais e resíduos sólidos, e tarifas de Ramais de Água e Águas Residuais teve a sua última atualização aprovada em reunião de Câmara Municipal de 14/12/2012; - Que está em curso a fase de transição do processo de concessão do serviço de Abastecimento de Águas e Águas Residuais com data de efetiva de passagem para a firma Indaqua Azeméis em 01/03/2014; - Que a firma Indaqua Azeméis irá submeter, para aprovação pela Câmara Municipal, novo Regulamento de Abastecimento de Água e Água Residuais e respetivo tarifário, proponho: - Ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a manutenção do tarifário de água de abastecimento público, águas residuais, e resíduos sólidos e ainda os tarifários pela instalação de ramais de água e águas residuais, para o ano de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (I/101555/2013)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito do procedimento de aquisição relativo à prestação de serviços de medicina no trabalho, com efeitos reportados a 30/7/2013, torna-se necessário modificar o valor dos encargos para anos seguintes previstos no Plano Plurianual das Atividades Mais relevantes. Assim sendo os valores passam a ser os seguintes: Rúbrica da despesa 020222 - Serviços de Saúde: 2014 - 11.700,00€; 2015 - 11.700,00€; 2016 - 8.800,00€.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM (I/100485/2013)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: - Fatura nº 177/2013: 3.936,00€ - Transferências Correntes - Estudos e Projetos "Apoio técnico à AMTSM" - Fatura nº 183/2013: 1.768,56€ - Transferências de Capital - Moto Redutor do agitador nº5 - ETAR do Salgueiro; - Fatura nº 186/2013: 23.336,84€ - Transferências Correntes - STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) de Julho e Agosto de 2013; - Fatura nº 190/2013: 1.718,31€ - Transferências Correntes de Outubro de 2013; - Fatura nº 195/2013: 858,38€ - Transferências Correntes relativas a funcionamento do CIAMTSM de Outubro de 2013; - Fatura nº 200/2013: 73,15€ - Transferências de Capital - Reparação Rotura Emissário Poente; - Fatura nº 203/2013: 5.263,97€ - Transferências Correntes de Novembro de 2013; - Fatura nº 208/2013: 1.370,60€ - Transferências Correntes relativas a funcionamento do CIAMTSM de Novembro de 2013; - Fatura nº 213/2013: 11.981,67€ - Transferências Correntes - STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) de Setembro de 2013. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponível os nºs 4578, 4618, 4628 e 4629, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES** =====

===== **CRIAÇÃO DE TRÊS LUGARES DE ESTACIONAMENTO JUNTO À CASA MORTUÁRIA, FREGUESIA DE CUCUJÃES (I/101474/2013)**: Do Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, (art.º 33.º, n.º1, alínea r); Tendo o número 3, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir lugares para estacionamento de cargas e descargas de mercadorias e outros, cuja utilização fica reservada aos mesmos. Proponho: Que sejam criados três lugares de estacionamento, para carros fúnebres, junto da casa mortuária de Cucujães. Os lugares deverão ser identificados através de sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado), com placa duas placas adicionais, uma modelo M11a com a inscrição “3 Lugares / Carros Fúnebres” e uma placa adicional modelo M3a (painéis indicadores do início ou fim do local regulamentado), estes lugares deverão situar-se na rua Abade João Domingos Arede, no

sentido sul norte, junto da Capela Mortuária. Estima-se que esta intervenção tenha um custo de 118,06 €. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Mais proponho para efeitos do art.º 25.º, n.º1, alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a remissão da proposta a assembleia municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADADE:** =====

===== **PI/9078/2013 (I/100802/2013) – MARIA GLÓRIA FIGUEIREDO OLIVEIRA PACHECO**, residente na Rua Conselheiro Boaventura de Sousa, n.º 209, 5.º Esq., desta cidade e concelho de Oliveira de Azeméis, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do seguinte prédio rústico: Cultura de regadio, sito em Esmeiro, Palmaz, deste concelho, com a área de 2130m², a confrontar de norte com Caminho, de sul com Fortunato Seara Cardoso, de nascente e de poente com Rosa Maria de Freitas, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1608 e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número 2338/20090513. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO EM REGIME SIMPLIFICADO – “SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DO “PARQUE DO CERCAL – CAMPUS PARA A INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/98417/2013):** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente, datado de 06 de dezembro de 2013, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro, e posteriores alterações, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, foi efetuada uma prorrogação da empreitada do "Parque do Cercal - Campus para a Inovação, Competitividade e

Empreendedorismo Qualificado", conforme Proposta de Deliberação (I/96041/2013), a qual foi aprovada em reunião do Órgão Executivo de 5 de dezembro de 2013; - Que, face à referida prorrogação, tornou-se necessário assegurar a contratação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da referida empreitada, pelo período de 2 (dois) meses; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/3649/2013, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor (que ultrapassa o montante anual de 5.000,00€ S/ IVA), ao objeto (não se encontra previsto) e o prazo de execução (que ultrapassa os 20 dias a contar da notificação da adjudicação), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revelam aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2 e 5, do artigo 24, da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 4.537,50€ (quatro mil, quinhentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e encontra-se cabimentado na rubrica 07010305, pela Proposta de Cabimento n.º 1663; - Que, nos termos do n.º 8, do artigo 75º, da LOE 2013, o presente procedimento não está sujeito à aplicação da redução remuneratória; - Que se trata de um serviço que será financiado; - Que, atendendo aos considerandos e nos termos da análise jurídica apensa ao processo de procedimento, é necessária a celebração de contrato de prestação de serviços para a fiscalização da obra, com efeitos retroativos, nos termos e para os efeitos do artigo 287.º, n.º 2, do CCP; - Que, a próxima reunião ordinária do executivo apenas se realizará no dia 19 de dezembro de 2013, pelo que se torna imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 2223 (I/94210/2013), por ajuste direto em regime simplificado, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, conjugado com o artigo 128º, do C.C.P. e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 1663 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 2015. Determino, nos termos do artigo 112º, do C.C.P., que se proceda ao Convite para apresentação de proposta ao seguinte e atual prestador de serviço: FMS - Ferreira & Moreira, Arquitectura e Engenharia, Lda. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dra. Elsa Félix, e

restantes diligências administrativas e processuais no gestor do processo, Raquel Fernandes – Assistente Técnica, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do C.C.P., com exceção da competência para adjudicação, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 69º, do CCP.”

===== EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/101502/2013): O Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “*Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 4 e 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2013- LOE 2013 e posteriores alterações), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 5, do artigo 75.º da LOE 2013, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação do disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações, da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Nestes termos as naturezas e os objetos das aquisições de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa, não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2 e 5, do artigo 24º, da Lei n.º 80/2013 de 28 de novembro; b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 75.º da LOE2013; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada no quadro abaixo, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 15/01/2013 (I/3649/2013), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita aos valores dos contratos, objetos e/ou prazos de execução dos serviços, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 10, do artigo 75.º da LOE 2013, e ainda do previsto no artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, na sua atual redação, relativamente aos contratos de prestação/aquisição de serviços constantes da listagem anexa à presente proposta, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar:*

Nº da RQI	Descrição da Necessidade	PRC	EPEF	Prazo de Execução	Preço Base	Preço base c/ redução remuneratória	Tipo de procedimento	Compromisso plurianual
2310	Seguro de acidentes de trabalho para um estagiário	1706	2097/2013	12 meses	75,00 €	A apurar no momento da tomada de decisão de qual a entidade a contratar	Ajuste Direto em regime simplificado	Não aplicável
2169	Execução de desdobráveis Azeméis Viva	1688	3/2014	12 meses	8.532,00 €	7.678,80 €	Ajuste Direto em regime geral	Nos termos do 12º do D.L. nº 127/2012 foi conferida autorização nas GOP/2013 da Assembleia Municipal de 28/12/2012, na rubrica 020217 – Publicidade, cujo valor máximo para 2013 é de 73.680,00€, e para 2014, 2015 e 2016 é de 75.000,00€.
2150	Reparação de Motor e Revisão geral 700.000km do autocarro MAN TURISMO	1735	2071/2013	8 dias	10.000,00 €	9.000,00 €	Ajuste Direto em regime geral	Não aplicável
2168	Revisão geral de Giratória	1506	1912/2013	8 dias	4.499,44 €	4.049,37 €	Ajuste Direto em regime simplificado	Não aplicável
2166	Execução de Mupis, para divulgação das atividades/eventos municipais e/ou produtos oliveirenses no concelho	1723	2/2014	12 meses	2.585,00 €	2.421,25 €	Ajuste Direto em regime simplificado	Não aplicável
2222	Aluguer de Servidor Privado Virtual, para alojamento externo de sites municipais	1719	1972/2013	12 meses	556,91 €	NÃO APLICÁVEL	Ajuste Direto em regime simplificado	Não aplicável
2302	Reparação dos elevadores da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro	1721	2093/2013	2 dias	2.597,20 €	2.337,50 €	Ajuste Direto em regime simplificado	Não aplicável
2301	Estudo, conceção e implementação de solução de bancada para o Auditório do Parque do Cercal	1739	2150/2013	1 mês	44.333,34 €	39.900,00 €	Ajuste Direto em regime geral	Não aplicável

